



PROGRAMA
**saúde
na
escola
RJ**

GUIA DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIAS:

ESTRATÉGIAS DE PROMOÇÃO DE SAÚDE E CULTURA DE PAZ NAS ESCOLAS







GUIA DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIAS: ESTRATÉGIAS DE PROMOÇÃO DE SAÚDE E CULTURA DE PAZ NAS ESCOLAS

Secretaria de Estado de Saúde

Edmar Santos

Subsecretaria de Gestão e Atenção Integral à Saúde

Mariana Scardua

Superintendência de Atenção Primária à Saúde

Thaís Severino

Coordenação de Saúde do Adolescente e do Programa Saúde na Escola

Bárbara Salvaterra

Grupo de Trabalho Intersetorial – Estadual (GTI-E) do Rio de Janeiro:

Representação da Secretaria de Estado de Saúde/RJ

Bárbara Salvaterra

Representação da Secretaria de Estado de Educação/RJ

Charles Castro

Representação do Centro de Estudos Estratégicos/Fiocruz

Carlos Silva

Representação do Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Carelli/Fiocruz

Kathie Njaine e Joviana Avanci

Representação do Laboratório de Análise da Violência/UERJ

Doriam Borges e Eduardo Ribeiro

Representação do Núcleo de Educação Especial e Inclusiva/UERJ

Ediclea Fernandes

Representação do Núcleo de Estudos do Adolescente/UERJ

Felipe Fortes, Fernanda Graneiro e Regina Katz

Representação da Rede Estadual de Alimentação e Nutrição Escolar RJ

Luciana Maldonado

Representação das Secretarias Municipais de Educação pelos GTI-Municipais dos RJ

Mário Sérgio Souza

Representação das Secretarias Municipais de Saúde pelos GTI-Ms do RJ

Uenes Macedo

Organização:

Bárbara Salvaterra

Autores:

Bárbara Salvaterra e Thaís Severino

Projeto gráfico:

Zeca Dâmaso (Assessoria Técnica de Comunicação Visual / SES-RJ)

Ilustração da capa:

Luciano Freitas (Assessoria Técnica de Comunicação Visual / SES-RJ)

Imagens:

Freepik

Profissionais Especialistas que realizaram a apreciação preliminar da Cartilha:

Bruna Gomes (SEEDUC-RJ), Bruna Santos (Seeduc - RJ), Carlos Silva (CEE/Fiocruz), Eduardo Ribeiro (LAV/UERJ), João Moraes (SEEDUC-RJ), Joviana Avanci (Claves/Fiocruz), Kathie Njaine (Claves/Fiocruz), Edinilsa Ramos (Claves/Fiocruz), Fernanda Graneiro (NESA/UERJ), Leila Adesse (SES-RJ/SAPS), Mário Sérgio Souza (PSE/SME-Duque de Caxias), Rodrigo Machado (PSE/SME-Rio de Janeiro), Uenes Macedo (PSE/SMS-Itaperuna)



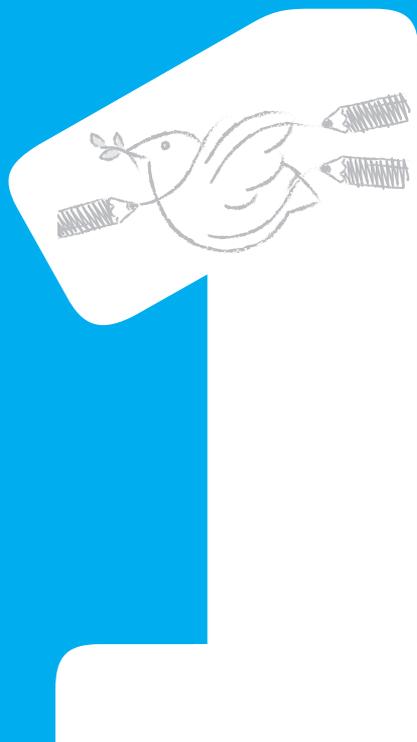




ÍNDICE

1. Apresentação.....	06
2. Violências contra crianças adolescentes e jovens no Brasil e no mundo	08
O que mais mata nossas crianças e jovens?	09
Quais violências são mais praticadas?	09
Quantos sofrem violência sexual?	09
Outras violências	10
Por que nos tornamos pessoas e sociedades que produzem e reproduzem violências?.....	10
3. Principais conceitos e aspectos das violências	12
O que é violência?	13
Os tipos de violências podem ser:	13
A natureza da violência podem ser:.....	14
Aspectos gerais sobre violência	15
O modelo ecológico para compreender e enfrentar violências	16
4. Violência contra a escola, da escola e na escola	18
Violência contra a escola	19
Violência da escola	20
Violência simbólica	20
Violência na escola	21
Violência entre alunos	22
<i>Bullying</i>	23
Quais são as causas do <i>bullying</i> ?	24
Violência contra si próprio, massacres, suicídio e automutilação	25
De quem é a culpa?	26
5. Políticas e direitos para a proteção e prevenção de violências nas escolas	28
A educação em direitos humanos e o papel da escola na proteção da infância e juventude.....	31
6. O que a escola deve e pode fazer?	34
O papel da escola no enfrentamento a violências e promoção da cultura de paz.....	35
12 estratégias de prevenção das violências nas escolas	35
O que a escola pode fazer para reduzir e enfrentar o <i>bullying</i> ?	46
17 passos para a construção de um programa de cultura de paz na escola	46
Como prevenir e lidar com o suicídio	49
7. Como o setor saúde pode apoiar a escola?	52
Como profissionais e gestores da saúde podem construir estratégias de enfrentamento a violências nas escolas	53
Conheça a linha de cuidado integral à saúde de crianças, adolescentes e famílias em situação de violências e demande o seu bom funcionamento	55
Quais são os sinais de alerta da violência?	56
Educação e promoção de saúde por meio de práticas esportivas.....	58
8. Onde, quem e como ajudar? A Rede de Proteção Intersetorial	60
Saiba mais.....	66
Referências.....	68





APRESENTAÇÃO



“Muitos que convivem diariamente com a violência acham que ela é parte intrínseca da condição humana. Mas não é. A violência pode ser evitada. Governos, comunidades e indivíduos podem fazer a diferença.”

Nelson Mandela

Como lidar com uma arma que entra na escola? Ou com um aluno de comportamento muito agressivo, apontado como desrespeitador de tudo e todos? Ou ainda, com falas e sinais de sofrimento por violência, que aparecem em sala de aula ou em automutilação no banheiro coletivo? Certamente não há resposta única ou receita infalível. Contudo, temos sim significativos acúmulos, estratégias e enfrentamentos que tem evitado, reduzido e contornado o impacto de diversas formas de violências que atravessam o ambiente escolar. Assim, o objetivo maior deste guia é oferecer informação, reflexão, estratégias de ação e ferramentas de apoio a trabalhadoras e trabalhadores da Educação, da Saúde e demais órgãos da rede intersetorial de proteção a crianças, adolescentes e jovens. Tais profissionais, que já atuam nas escolas ou poderiam se aproximar dessas, são potentes parceiros na conquista efetiva de direitos, na promoção de saúde e no desenvolvimento de cidadãos conscientes e solidários, de todas as idades, que transitam pelas escolas.

A Cultura de Paz nas Escolas é uma construção coletiva na qual a comunidade escolar, composta por profissionais da educação, alunas, alunos e seus responsáveis, pode e precisa estar aliada a uma ampla rede de proteção e garantia de direitos das crianças, dos adolescentes e dos jovens. Fazem parte desta rede de proteção: gestores e profissionais de Educação, Saúde, Assistência Social, Direitos Humanos, Conselho Tutelar, Conselhos de Direitos, Ministério Público, Defensoria Pública, Judiciário, Segurança Pública, esportes, cultura, lazer, desenvolvimento econômico, trabalho e emprego, e de outras políticas sociais.

Nesse sentido, apresentamos neste guia questões fundamentais sobre quais violências atingem o público infante-juvenil, como, onde, por quem e por quê. Em seguida, refletimos sobre o papel da Educação e da Saúde, os fatores de risco, assim como os fatores e ações de proteção que podem e devem ser tomadas por profissionais, assim como por qualquer um que se depare com uma criança ou adolescente em situação de violência. Afinal, como previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, é dever de todos nós, governo, família e sociedade, protegê-los.

Para enfrentarmos essas violências, adicionalmente, apontamos as políticas já existentes e a rede de prevenção e garantia de direitos que precisam ser urgentemente fortalecidas, para que possamos, juntos, construir respostas que reduzam as violências que sofremos, as que alimentamos e as que praticamos.

Este documento foi elaborado pelo Grupo de Trabalho Intersetorial (GTI) – Estadual Rio de Janeiro do Programa Saúde na Escola (PSE), composto pela Secretaria de Estado de Saúde/RJ, Secretaria de Estado de Educação/RJ, Centro de Estudos Estratégicos/Fiocruz, Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Carelli, Laboratório de Análise da Violência/UERJ, Núcleo de Educação Especial e Inclusiva/UERJ, Núcleo de Estudos do Adolescente/UERJ, Rede Estadual de Alimentação e Nutrição Escolar/RJ, Representação das Secretarias Municipais de Educação pelos GTI-Municipais dos RJ e Representação das Secretarias Municipais de Saúde pelos GTI-Ms do RJ.

A proposta desta Cartilha foi impulsionada pelo movimento nacional de GTI-Es, que ao lado do GTI-E RJ redigiram a “Carta dos Gestores e Profissionais Parceiros do Programa Saúde na Escola aos Gestores e Profissionais de Educação e Saúde pela Paz nas Escolas”, de março de 2019, e receberam a adesão de dezenas de instituições estaduais e nacionais. Nossa Cartilha soma experiência empírica na gestão e na atuação profissional, pesquisa bibliográfica e produção própria, com a reprodução de trechos da citada Carta do PSE, assim como de outras três publicações de referência: a “Linha de Cuidado Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e Famílias em Situação de Violências”, do Ministério da Saúde; o livro-texto homônimo da Pós-Graduação “Impactos da Violência na Escola”, oferecida pelo Claves/Fiocruz; e a publicação do Projeto Prevenção da Violência entre Adolescentes e Jovens no Brasil: Estratégias de Atuação, Volume 1, “Escolas Seguras: novas abordagens sobre prevenção da violência entre jovens”, do Ministério da Justiça, Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Instituto Sou da Paz.

Esperamos que façam uma boa leitura e tenham um ótimo proveito!





VIOLÊNCIAS CONTRA CRIANÇAS ADOLESCENTES E JOVENS NO BRASIL E NO MUNDO¹





*“Artigo I
Fica decretado que agora vale a verdade, agora vale a vida, e de mãos dadas, marcharemos todos pela vida verdadeira.”*

Thiago de Mello

O QUE MAIS MATA NOSSAS CRIANÇAS E JOVENS?

Começemos por essa verdadeiramente dolorida e fundamental interrogação.

As violências e os acidentes são as maiores causas das mortes de crianças, adolescentes e jovens de 1 a 19 anos, no Brasil. Entre essas chamadas causas externas de mortalidade, as agressões são as que mais matam crianças e adolescentes, a partir dos 10 anos². O suicídio (a violência contra si mesmo) tornou-se a terceira maior causa das mortes de nossos adolescentes e jovens, entre 15 e 25 anos³.

A violência é ainda mais letal contra o sexo masculino, os homicídios são a causa da metade dos óbitos de rapazes de 15 a 19 anos⁴. E ao se fazer o recorte de raça da taxa de homicídios, verificamos o extermínio da juventude negra.

Não à toa aparecemos como a quinta nação mais violenta do mundo, com taxa de homicídio maior do que a de países em guerra⁵.

QUAIS VIOLÊNCIAS SÃO MAIS PRATICADAS?

A violência mais atendida nas unidades de saúde, **contra crianças e adolescentes de 0 a 13 anos, é o estupro**, que ocorre na própria casa da vítima em 58% dos casos⁶. Entre aqueles com 10 a 19 anos, a violência sexual é igualmente a mais sofrida, na maioria contra as meninas⁷. **Os agressores são na maior parte os próprios pais, padrastos, familiares, namorados ou pessoas conhecidas das vítimas⁸.**

Dados mundiais assemelham-se, 90% das adolescentes de diversas nacionalidades, vítimas de violência sexual, denunciam que o autor da primeira violação era alguém próximo ou conhecido. Infelizmente, apenas 1% delas procura ajuda profissional após o estupro⁹, pelo medo da rejeição social e familiar, e pelas amea-

ças sofridas pelo agressor.

O terror aprofunda-se com a repetição do estupro em 38% dos casos, podendo-se prorrogar por torturantes longos períodos, quando praticada por familiares ou outros conhecidos. As consequências vão desde distúrbios emocionais, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez não desejada, até a morte da adolescente, que tira sua própria vida ou falece na tentativa de um aborto clandestino¹⁰.

As motivações desses agressores com vínculo afetivo e/ou de autoridade estão: na cultura do machismo, de tornar o corpo feminino, infantil, ou o mais jovial, como objeto de satisfação sexual; na cultura do autoritarismo; na “invisibilidade do privado”; assim como em traços de perversão.

QUANTOS SOFREM VIOLÊNCIA SEXUAL?

Qual o tamanho deste horror? Nos Estados Unidos, onde é produzida a pesquisa de maior abrangência sobre o estupro, apresentam um quadro estarrecedor: **uma em cada seis mulheres já foi estuprada¹¹**. Se este quadro de incivilidade ocorre em nação com razoáveis taxas de resolução de crimes, imaginemos nas mais violentas e com grande impunidade como o Brasil. Aqui temos muitas falhas no registro policial ou médico sobre o crime de estupro, além de baixa procura por serviços de saúde e policial.

A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar¹² é a que mais se aproxima em demonstrar este quadro dramático, apresentando que cerca de 4% de escolares do 9º ano (entre 13 e 15 anos) responderam já terem sido forçados a ter relação sexual. O percentual para meninos foi de 3,7% e para as meninas de 4,3%. Do total de alunos de escolas públicas, 4,4% são vítimas de sexo forçado, e de escolas particulares 2,0%, demonstrando que mesmo entre famílias de classe média, mais estáveis economicamente, a barbárie do estupro é dramaticamente frequente.



OUTRAS VIOLÊNCIAS

Além do abuso sexual, a violência contra crianças e adolescentes abrange os maus-tratos físicos e emocionais, e a negligência. No mundo, e possivelmente no Brasil, há uma média de uma em cada quatro crianças vítima de maus-tratos físicos, segundo a Organização Mundial da Saúde¹³.

À medida que as crianças crescem, também se tornam comuns a violência entre colegas e a violência nas relações íntimas — bullying, brigas, violência sexual e agressão, muitas vezes com armas de fogo e armas brancas (artefatos cortantes ou perfurantes, como faca, canivete entre outros).

POR QUE NOS TORNAMOS PESSOAS E SOCIEDADES QUE PRODUZEM E REPRODUZEM VIOLÊNCIAS?

Como demonstramos nos tópicos anteriores, são muitos os números do drama social que abate vidas e trajetórias daqueles mais frágeis e vulneráveis de nossas sociedades. Justamente o inverso que a nossa Constituição Federal, em seu artigo 227, impõe garantir:

“É DEVER DA FAMÍLIA, DA SOCIEDADE E DO ESTADO ASSEGURAR À CRIANÇA, AO ADOLESCENTE E AO JOVEM, COM ABSOLUTA PRIORIDADE, O DIREITO À VIDA, À SAÚDE, À ALIMENTAÇÃO, À EDUCAÇÃO, AO LAZER, À PROFSSIONALIZAÇÃO, À CULTURA, À DIGNIDADE, AO RESPEITO, À LIBERDADE E À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA, ALÉM DE COLOCÁ-LOS A SALVO DE TODA FORMA DE NEGLIGÊNCIA, DISCRIMINAÇÃO, EXPLORAÇÃO, VIOLÊNCIA, CRUELDADE E OPRESSÃO”¹⁴.

Contudo, tamanha contradição social e moral, não surpreende boa parte de nós, profissionais da educação, da saúde, da assistência social, da rede de proteção e garantia de direitos, que tentamos enfrentar todos os dias as violências trazidas das ruas, de casa, das telas, dos maus ou equivocados serviços e dos ódios sociais.

Ódios e intolerâncias praticados contra meninas e mulheres, pobres, pretos e pardos, indígenas, pessoas em situação de rua, deficientes, homossexuais e LGBTIs, e também contra aqueles que tenham um formato de corpo, de pensamento, de religião, hábitos ou origem cultural diferentes. Intolerâncias que levam a respostas irracionais ou de desprezo à vida.

Menosprezos que foram iniciados e perpetuados desde nossa colonização escravocrata, racista, elitista e patriarcal. Alimentados pela hierarquização social por meio do consumo, sempre insaciável mediante a vontade de obter mais, para estar no topo de uma cadeia alimentar entre massacrantes e massacrados.

O auge dessas intolerâncias é a vontade de que o extermínio do outro seja realizado de imediato. Com armas nas mãos e insuflados por comunidades reflexo máximo das distorções e incivildades que vivemos, adolescentes e jovens glorificam a “coragem” de tirar vidas de outros e de si próprio.

Nos Estados Unidos, a frequência de massacres por tiroteio contra populares e escolas motivou inúmeros estudos científicos que buscam compreender suas causas. Uma correlação significativa estabelecida em pesquisas é que tanto a facilitação das leis estaduais para a compra de armas, quanto o aumento no quantitativo de pessoas armadas, relacionam-se diretamente com as maiores taxas de homicídios por armas, e mais massacres por tiroteios contra qualquer um menosprezado que passe pela frente¹⁵. Em concordância, no Brasil, a campanha do desarmamento é demonstrada como fator decisivo para conter as crescentes taxas de homicídios das décadas de 80 e 90¹⁶.



VIOLÊNCIAS CONTRA CRIANÇAS ADOLESCENTES E JOVENS NO BRASIL E NO MUNDO

2

OS PRINCIPAIS 'FATORES SOCIAIS' QUE CONTRIBUEM PARA A VIOLÊNCIA, INCLUEM:

- Normas culturais que apoiam a violência como uma forma aceitável para solucionar conflitos;
- Normas que dão prioridade aos direitos dos pais sobre o bem-estar da criança;
- Normas que reafirmam o domínio masculino sobre mulheres e crianças;
- Normas que validam o uso abusivo da força pela polícia contra os cidadãos;
- Normas que apoiam os conflitos políticos;
- Políticas de saúde, educacionais, econômicas e sociais que mantêm altos os níveis de desigualdade econômica e social entre os grupos na sociedade (Krug et al., 2002).





PRINCIPAIS CONCEITOS E ASPECTOS DAS VIOLÊNCIAS¹⁷





*“A minha alma tá armada
E apontada para a cara
Do sossego
Pois paz sem voz
Paz sem voz
Não é paz, é medo”*

Rappa

O QUE É VIOLÊNCIA?

O Ministério da Saúde adota o conceito de violência utilizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), segundo o qual:

“Violência é o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação¹⁸.”

OS TIPOS DE VIOLÊNCIAS PODEM SER:

Violência autoprovocada ou contra si mesmo envolve o comportamento suicida e o suicídio propriamente dito. O comportamento suicida inclui ideias de acabar com a própria vida e a automutilação (destruição direta e deliberada de partes do corpo sem a intenção suicida consciente), que pode ser grave (amputação dos próprios dedos, por exemplo), estereotipada (tal como bater a cabeça, morder-se ou arrancar os cabelos)

ou superficial (cortar-se, arranhar-se ou introduzir agulhas na pele)¹⁹.

Violência interpessoal ocorre na interação entre as pessoas, que demonstram dificuldade de resolver conflitos por meio da conversa, como também nas relações entre pais e filhos, homens e mulheres, irmãos, entre outras, nas quais estão caracterizadas as relações de poder²⁰. É dividida em violência **intrafamiliar** e **comunitária**:

- **A violência intrafamiliar** ocorre nas relações hierárquicas e intergeracionais. Atinge mais as crianças do que os adolescentes, em função de sua maior fragilidade física e emocional. Consiste em formas agressivas de família se relacionar, por meio do uso da violência como solução de conflito e como estratégia de educação. Inclui, ainda, a falta de cuidados básicos com seus filhos.

ATENÇÃO!

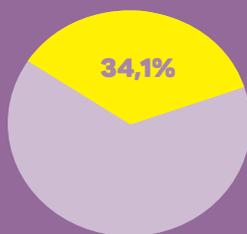
A violência familiar faz simbiose com a violência que ocorre no ambiente escolar: práticas disciplinares inconsistentes ou excessivamente rígidas; dificuldades em ensinar mediação de conflitos para as crianças e adolescentes; falta de atenção às crianças e jovens e negligências quanto a suas necessidades (Fernández, 2005). A violência familiar se aprofunda e se reproduz por meio das raízes culturais que possui.

VIOLÊNCIA X CONFLITOS

Conflito é um fenômeno social normal e importante que existe em todas as sociedades, sobretudo nas sociedades democráticas. Expressa diferenças nas formas de pensar, sentir e agir dos membros de uma família, de escolas, de gerações opostas, de classes sociais antagônicas ou dos vários segmentos de qualquer grupo social. O conflito quando socialmente aceito e explicitado pelas várias partes em um ambiente passível de escuta ou de negociação, é bom e produz mais democracia e cidadania. Leva a consenso, seja quando permite a cada um aprofundar suas posições. O conflito se transforma em violência quando uma das partes se sente dona da verdade e impõe sua vontade ao outro (indivíduo ou coletivo) por meios autoritários, agressivos ou com armas (Minayo, 2009).

VOCÊ SABIA?

34,1% DOS ALUNOS SEM ESPERANÇA NO FUTURO



Em estudo realizado pelo Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli (Claves, 2002), foi observado que estudantes entre 13 e 18 anos de escolas públicas e particulares de três cidades brasileiras das regiões Sudeste e Nordeste mostraram elevados percentuais de ideação suicida: entre 21,7% e 34,1% do total de alunos afirmou alguma vez na vida ter ficado tão triste e sem esperança no futuro que chegou a pensar seriamente em se matar (Claves, 2002). Também 29,7% dos adolescentes da mesma faixa etária que estudam em escolas públicas e particulares de São Gonçalo/RJ já pensaram seriamente em se matar (Assis & Avanci, 2004).



A NATUREZA DA VIOLÊNCIA PODE SER²¹:

● **A violência comunitária** caracteriza-se pelo fato de ser praticada entre indivíduos sem laços de parentesco, conhecidos ou desconhecidos. Exercida por pessoas em atos de violência gratuitos, estupros, violência sexual e as cometidas em instituições públicas ou privadas, tais como: escolas, serviços de saúde, comunidades e condomínios, dentre outros.

A violência coletiva: é em geral cometida por grandes grupos ou pelo Estado. É caracterizada por qualquer distinção, exclusão ou restrição baseada, por exemplo, em origem racial/étnica e social, que tenha o propósito ou o efeito de anular ou prejudicar o exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro domínio da vida pública.

Violência física: caracterizada como todo ato violento com uso da força física de forma intencional, não accidental, praticado por pais, responsáveis, familiares ou pessoas próximas da criança ou adolescente, que pode ferir, lesar, provocar dor e sofrimento ou destruir a pessoa, deixando ou não marcas evidentes no corpo, e podendo provocar inclusive a morte (BRASIL, 2004). Pode ser praticada por meio de tapas, beliscões, chutes e arremessos de objetos, o que causa lesões, traumas, queimaduras e mutilações.

Violência sexual: é todo ato ou jogo sexual com intenção de estimular sexualmente a criança ou o adolescente, visando utilizá-lo para obter satisfação sexual, em que os autores da violência estão em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança ou adolescente. Abrange relações homo ou heterossexuais. Pode ocorrer em uma variedade de situações como: estupro, incesto, assédio sexual, exploração sexual, pornografia, pedofilia, manipulação de genitália, mamas e ânus, até o ato sexual com penetração, imposição de intimidades, exibicionismo, jogos sexuais e práticas eróticas não consentidas e impostas e “voyeurismo” (obtenção de prazer sexual por meio da observação) (BRASIL, 2004).

Negligência: caracteriza-se pelas omissões dos adultos (pais ou outros responsáveis pela criança ou adolescente, inclusive institucionais), ao deixarem de prover as necessidades básicas para o desenvolvimento físico, emocional e social de crianças e adolescentes (BRASIL, 2004). Inclui a privação de medicamentos; a falta de atendimento à saúde e à educação; o descuido com a higiene; a falta de estímulo, de proteção de condições climáticas (frio, calor), de condições para a frequência à escola e a falta de atenção necessária para o desenvolvimento físico, moral e espiritual (BRASIL, 2004).

Abandono: é a forma mais grave de negligência. A negligência não está vinculada às circunstâncias de pobreza, podendo ocorrer em casos em que recursos razoáveis estão disponíveis para a família ou o responsável.

ATENÇÃO!

Limitar a exposição de crianças e adolescentes aos conteúdos emitidos nas telas de TV, celulares e computadores configura um dos grandes desafios de responsáveis e educadores. Expor excessivamente crianças e adolescentes por tempo prolongado e sem monitoramento quanto à qualidade e adequação para a faixa etária ou maturidade emocional, pode ser considerado negligência, além de incentivar condutas inadequadas ou de risco. É necessário que todos envolvidos no cuidado com o desenvolvimento infanto-juvenil reflitam sobre os conteúdos oferecidos e avaliem o impacto desses no desenvolvimento psíquico, emocional, físico e intelectual.

Violência psicológica: é toda ação que coloca em risco ou causa dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da criança ou do adolescente. Manifesta-se em forma de rejeição, depreciação, discriminação, des-

ASPECTOS GERAIS SOBRE VIOLÊNCIA²²

respeito, cobrança exagerada, punições humilhantes e utilização da criança ou do adolescente para atender às necessidades psíquicas de outrem (BRASIL, 2004). O Bullying é uma forma de violência psicológica.

- A violência é um 'fato humano e social' que pressupõe o uso da força, do poder e de privilégios para dominar, submeter e provocar danos a outros: indivíduos, grupos e coletividades. Há sociedades mais violentas que outras, deixando antever o peso da cultura na forma de solução de conflitos. Nesse sentido, precisamos conhecer melhor como a violência se manifesta no ambiente escolar segundo os contextos regionais, socioeconômicos e culturais.
- A violência é 'histórica', ou seja, cada sociedade, dentro de épocas específicas, apresenta formas particulares de manifestação.
- Há formas que 'persistem no tempo e se estendem por quase todas as sociedades', como a violência de gênero e sob diferentes grupos etários e a discriminação racial.
- Abrange todas as 'classes e movimentos sociais', embora algumas formas de violência sejam mais típicas da população mais pobre, e outras das mais ricas. É um erro considerar pobreza como sinônimo de violência (Minayo, 2009).
- A violência é 'fomentada por fatores individuais, presentes nos relacionamentos próximos, na comunidade e nos fatores culturais e sociais existentes'.
- A violência 'também está dentro de cada um'. A não-violência é uma construção social e pessoal. Do ponto de vista social, o antídoto da violência é a capacidade que a sociedade tem de incluir, ampliar e universalizar os direitos e a cidadania. No que tange ao âmbito pessoal, a não-violência pressupõe o reconhecimento da humanidade e da cidadania do outro, o desenvolvimento de valores de paz, de solidariedade, de convivência, de tolerância, de capacidade de

negociação e de solução de conflitos pela discussão e pelo diálogo.

- O enfrentamento e a superação da violência na escola dependem do posicionamento de 'todos os atores' que nela atuam. Especialmente o Ministério e as secretarias de Educação, os diretores, os professores, os funcionários, os alunos e seus familiares, bem como os parceiros comunitários, ONGs, conselhos, empresas e a sociedade em geral têm papel na discussão crítica e na proposição de melhores condições para o ensino no país, num cenário em que a violência não seja aceita como valor.
- Concentrando esforços para o enfrentamento da violência, lembramos que o oposto dela não é a 'não-violência', e sim a inclusão na cidadania e sua vivência plena.

A VIOLÊNCIA 'TEM SOLUÇÃO':

Por ser histórica e por ter a cara da sociedade que a produz, a violência pode aumentar ou diminuir pela força da construção social. Suas formas mais cruéis – que ocorrem nos níveis coletivos, individuais e privados – precisam ser analisadas junto com as modalidades mais sutis, escondidas e simbólicas, de forma muito profunda e aberta, para que todos possam colaborar na redução de violências. Afinal, como todos somos atores e vítimas, cabe a todos buscar soluções. (Minayo, 2009: 25)



O MODELO ECOLÓGICO PARA COMPREENDER E ENFRENTAR VIOLÊNCIAS



O enfrentamento das diversas manifestações da violência

precisa contar com a participação de vários setores da Rede de Garantia de Direitos, com estratégias que passem por diferentes níveis de atuação e prevenção de vulnerabilidades e proteção. A Organização Mundial da Saúde (OMS) propõe o Modelo Ecológico para Compreender e Enfrentar Violências, expli-

citando que para evitar violência é necessária uma visão ampliada, que aja nos níveis Individual, Relacional, Comunitário e Social, concomitantemente.

A utilização desse modelo, pela Saúde, Educação e Assistência Social, pode contribuir para a melhor definição das competências de cada serviço, identificando aqueles fundamentais para a continuidade do cuidado de pessoas em situação de violência.





**PRINCIPAIS CONCEITOS E
ASPECTOS DAS VIOLÊNCIAS**

3





VIOLÊNCIA CONTRA A ESCOLA, DA ESCOLA E NA ESCOLA²³



“A Educação é um ato de amor, por isso um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa.”

Paulo Freire

A violência nas escolas está associada a múltiplos fatores. Pode haver falhas internas no sistema de normas e regras, quebra dos pactos de convivência, desrespeito entre funcionários e alunos e vice-versa, ausência de um ensino mais qualificado, carência de recursos. Como podem existir fatores externos que impulsionem violências, como o agravamento das exclusões sociais, raciais e de gênero, perda de referencial entre os jovens, desestruturação familiar, violência armada e tráfico de drogas no território. Por essas razões, as alternativas à violência instaurada nas escolas devem envolver diversas estratégias e atores responsáveis, de acordo com as questões e dilemas específicos da realidade de cada escola. Assim, os caminhos não devem se apoiar em receitas prontas ou em uma única solução capaz de resolver todos os problemas.

VIOLÊNCIA CONTRA A ESCOLA

As mudanças no cenário profissional dos professores, produzidas pelo aumento no número de alunos, pela sua heterogeneidade sociocultural, pelas novas demandas de escolarização geradas pela sociedade, pelo impacto de novas concepções do ensino e de formas de lidar com o conhecimento, não têm sido acompanhadas pela implementação de políticas educacionais capazes de enfrentar os desafios e de valorizar os profissionais de ensino²⁴.

Investigação, feita com professores de primeiro grau de escolas municipais e estaduais do Rio de Janeiro²⁵, mostrou o processo de pauperização desses docentes, ao longo de um período de 17 anos, levando-os a condições de vida crescentemente precárias. Esse quadro ainda é atual e parece se repetir em todo o Brasil.

Lelis²⁶ alerta para um aspecto da proletarianização do magistério utilizando uma expressão tomada de Bourdieu, que é a perda de “capital cultural” em função de condições de trabalho cada vez mais penosas. A autora relata que a maioria das professoras com as quais ela colheu a história de vida manifestou sentimentos de perda gradativa do gosto pela leitura e de acesso a bens culturais, perdas essas que repercutiram em suas vidas pessoais e profissionais.

Aponta-se, aqui, para a expectativa de que a sociedade brasileira reconheça a importância do papel

da educação formal na construção do país, com a consequente valorização do magistério, passando, necessariamente, pela questão salarial, pela questão da formação e pela questão das condições de trabalho. No entanto, a super simplificação da análise tem impingido ao professor um papel de bode expiatório do fracasso do magistério. Mas, como aponta Lelis (1997), os professores jogam o jogo possível de ser jogado, e sua desqualificação precisa ser entendida a partir das condições objetivas de sua produção histórica e social e das injunções que sofreram nos planos material, cultural e simbólico. Essa compreensão se reflete na afirmação de que o trabalho docente não constitui uma profissão homogênea. Entretanto, esse caráter polissêmico não deve servir de pretexto ao imobilismo das instituições responsáveis pela formação de professores – administrações públicas, universidades, sindicatos. Deve constituir o ponto de partida para o delineamento de políticas públicas voltadas de fato para a valorização social do magistério, nos seus vários significados. (Lelis, 1997: 154).

VOCÊ SABIA?

50% DOS PROFESSORES FAZEM JORNADA TRIPLA DE TRABALHO



Um trabalho realizado com professoras de uma escola pública de ensino fundamental (Ristum, 1995) mostrou que aproximadamente 50% tinham jornada tripla de trabalho (lecionavam nos três turnos), sem contar a jornada doméstica. Elas relatavam não haver tempo sequer para assistir a um noticiário na TV. Assim, o trabalho de preparação de aulas e de material didático, bem como a atualização de informações e a reciclagem de sua própria formação, eram praticamente inexistentes. As professoras sentiam-se despreparadas para abordar problemas relacionados à violência e a sexo, e se achavam, muitas vezes, incapazes de lidar com alguns problemas de aprendizagem que surgiam em suas salas de aula. Tinham, ainda, na sua quase totalidade, dificuldade para seguir a orientação da Secretaria de Educação, no sentido de aproveitar as experiências trazidas pelos alunos, no processo ensino-aprendizagem.





Ainda nessa categoria de 'violência contra a escola', temos depredações, arrombamentos e roubos realizados por pessoas alheias aos educandários. A escola pública, geralmente mal conservada e mal equipada, sofre grandes perdas com essas ações que acontecem com mais frequência nos finais de semana. Acresce-se a esses um dos grandes problemas da atualidade: o uso e o tráfico de drogas. O tráfico organizado descobriu, nas escolas, um importante filão de consumo e, especialmente nas públicas, um local em que crianças e adolescentes são facilmente aliciados para trabalhar por ele.

PARA REFLETIR

Em trabalho de psicologia escolar desenvolvido em uma escola pública, durante o ano de 2008, com alunos do curso de psicologia, nossa ação inicial consistia em realizar um levantamento diagnóstico das dificuldades enfrentadas pela escola. Pudemos, então, observar o quanto é fácil a entrada de pessoas externas à escola, de modo que é comum, pelos corredores e pátios, o trânsito de adolescentes ligados ao comércio de drogas que se misturam aos alunos. Também pudemos notar que a desorganização da escola tem grande parcela de responsabilidade sobre isso. Por exemplo, a falta frequente dos professores às aulas fazia com que sempre houvesse alunos fora das salas de aula, em meio aos quais os traficantes se confundiam. A forma pouco atraente como muitas aulas eram conduzidas também contribuía para a não manutenção dos alunos em sala. Havia, ainda, a falta de controle da entrada, a não-exigência de uniformes, a ausência frequente do diretor e as precárias condições físicas da escola. Ou seja, todas essas questões, sem dúvida, colaboravam na construção de um cenário propício à violência nas suas mais diversas formas. Acrescente-se a isso, o fato de que não havia qualquer aproximação da escola com a comunidade de seu entorno.

E o que as escolas têm feito para enfrentar tais violências? Colocam grades nas portas e janelas, suspendem os muros e solicitam mais policiamento. Práticas que, como veremos a seguir, não têm sido efetivas na redução das violências nas escolas.

VIOLÊNCIA DA ESCOLA

Passemos agora a um tipo de violência que é muito pouco divulgado, muito pouco estudado e, portanto, muito pouco conhecido: a violência praticada pela escola.

Ligada às políticas educacionais e, mais especificamente, à maneira como se estruturam as relações hierárquicas no sistema educacional, há uma violência que foi chamada por Bourdieu²⁷ de violência simbólica, da qual o professor é tanto alvo quanto autor, e que, considerando o título deste capítulo, estaria caracterizada como uma violência da escola.

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

Em vários estudos faz-se referência à violência simbólica, na perspectiva de Bourdieu, como a principal violência promovida pela escola. Esse conceito foi proposto com base em uma visão da sociedade como um campo de dominação e de reprodução dissimulada das desigualdades sociais nas instituições, o que contraria a ideia de igualdade de oportunidades vinculada à ideologia liberal.

Esse questionamento, transportado para a área educacional, evidencia a ausência de democratização dos sistemas educacionais das sociedades capitalistas. Nas instituições escolares, são maiores as chances de sucesso dos alunos das classes socioeconômicas mais altas, já que pertencem a um meio familiar provido de bagagens culturais e linguísticas dominantes que constituem a base sobre a qual se estruturam os sistemas educacionais.

Assim, as propostas curriculares, as estratégias pedagógicas, as práticas linguísticas, as relações hierárqui-

VIOLÊNCIA CONTRA A ESCOLA, DA ESCOLA E NA ESCOLA

4

cas e outros compõem um cotidiano escolar que evidencia uma violência simbólica em vários níveis, dos quais destacamos a que se exerce sobre os alunos de classes populares, pouco adaptados a uma escola não construída para eles. De acordo com Dudeque (2006), o ensino proposto pelo sistema educacional brasileiro é ineficiente e antidemocrático, de forma a discriminar e a excluir uma grande parcela da população.

A violência simbólica é utilizada como forma de dominação, inclusive pelos professores, posto que os símbolos são instrumentos estruturados e estruturantes de conhecimento. Mas também os professores estão sujeitos a essa violência, ao ter que cumprir prazos, programas, preencher formulários, cadernetas etc., ou seja, atender às determinações vindas de cima, sem que o professor tenha participação na sua elaboração. Assim, nas nossas instituições escolares, percebe-se o professor com um duplo papel: de um lado, como representante do poder, exerce o papel de dominador; de outro, o papel de dominado, submetendo-se a regulamentos e exigências burocraticamente estabelecidas, em que os aspectos organizacionais administrativos se sobrepõem à pedagogia.

VIOLÊNCIA NA ESCOLA

Práticas agressivas de estudantes têm sido relatadas em escolas de todo o mundo e despertado o crescimento de uma linha de investigação que surge com força na última década do século XX, inicialmente denominada segurança nas escolas e atualmente mais reconhecida pelo termo 'violência nas escolas'. Debarbieux (2002), ao efetuar uma análise da violência nas escolas de cidades europeias, destaca como fundamental a preocupação dos educadores sobre como "lidar e evitar os comportamentos anti-sociais entre os próprios alunos e deles com os professores" (2002: 15).

No Brasil, levantamento realizado pela Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (Abrapia), em 2002, envolvendo 5.875 estudantes de 5ª e 8ª séries de 11 escolas localizadas no município do Rio de Janeiro, revelou que 40,5% dos es-

tudantes admitiram ter estado diretamente envolvidos em alguma forma de violência contra colegas na escola naquele ano: 16,9% como alvos, 10,9% como alvos e autores e 12,7% como autores (Lopes Neto & Saavedra, 2003).

A violência dos estudantes se manifesta por meio de situações como: vandalismo, pichações na parede, xingamentos e agressões físicas a professores, indisciplinas no recreio e roubos no ambiente escolar.

A violência escolar se expressa em várias modalidades: violência entre alunos, violência de aluno contra professor, da escola e do professor contra o aluno, entre os profissionais da educação, do sistema de ensino contra a escola e o professor, do funcionário contra o aluno, do aluno contra o patrimônio da escola (deprecação) e outras. Já vimos algumas delas.

AGRESSIVIDADE X VIOLÊNCIA

A agressividade é um impulso nato, essencial à sobrevivência, à defesa e à adaptação dos seres humanos (Freud, 1980). É um elemento protetor que possibilita a construção do espaço interior do indivíduo, promovendo a diferenciação entre o 'Eu' e o 'Outro'. Ao contrário da violência, a agressividade se inscreve dentro do próprio processo de constituição da subjetividade. A transformação da agressividade em violência é um processo ao mesmo tempo social e psicossocial para o qual contribuem as circunstâncias de vida, o ambiente cultural, as formas de relações primárias e comunitárias e também as idiosincrasias dos sujeitos (Minayo, 2009).

Pesquisa que comprova a importância da violência comunitária e urbana sobre a escola, encomendada pela Confederação dos Trabalhadores em Educação à Universidade Nacional de Brasília (UnB), revela que 55,6% das escolas brasileiras investigadas tiveram problemas



com roubo e vandalismo (UNB, 1998), mostrando a fragilidade desses estabelecimentos frequentemente atacados por grupos da comunidade onde eles se situam e também por pessoas da própria escola.

As escolas, em geral, reagem à depredação adotando medidas repressivas, introduzindo elementos estranhos e sem nenhum comprometimento com seu projeto pedagógico, em lugar de prevenir a sua ocorrência. Trabalhos como o de Lucas (1997) mostram que **medidas repressivas e policiais não são eficazes para diminuir o índice de violência nas escolas.**

VIOLÊNCIA ENTRE ALUNOS

Dentre as diversas formas de violência entre alunos, o *bullying* é, atualmente, uma das que mais tem preocupado os profissionais da escola e também os pais. Antes pouco estudado e considerado como próprio da idade e do ambiente escolar, as pesquisas sobre *bullying* escolar evidenciam sua alta frequência, a grande diversidade de suas formas e as consequências danosas para todos os que nele estão envolvidos: agressores, vítimas e testemunhas. As características de intencionalidade e de crueldade, de humilhação e submissão do outro ressaltam um claro problema social nas relações interpessoais mediadas pelo poder.

VIOLÊNCIA NA ESCOLA: INCIVILIDADES, INTIMIDAÇÃO E INDISCIPLINA

Os termos 'incivilidades' e 'intimidação' são os mais comuns nos estudos de violência na escola (Debarbieux (2002), .

'Incivilidades': atos que vão da indelicadeza e má-criação das crianças ao vandalismo. São resultantes da pequena delinquência e estão relacionados a formas de relações humanas e à cidadania. As incivilidades mais inofensivas parecem ameaças contra a ordem estabelecida, transgredindo os códigos elementares da vida em sociedade, como o código de boas maneiras (Debarbieux, 1996: 7). 'Incivilidade' pode ser vista como o componente sociológico da intimidação. O que é grave não é o ato de incivilidade, mas sua repetição, a sensação de abandono que provoca nas vítimas e o sentimento de impunidade que se desenvolve entre os perpetradores (Debarbieux, 2002).

Contudo, restringir o conceito de violência na escola a 'incivilidades' e à 'intimidação' acaba excluindo aspectos fundamentais como a violência dos adultos com os estudantes, a vandalização

do espaço escolar e a agressão verbal ou física contra os educadores que representam a escola (Blaya e Debarbieux, 2000).

Desse modo, propõem-se a substituição de ambos os termos por 'microviolência'.

'Indisciplina': indicação de negação ou privação de disciplina; noção de desordem, descontrole e falta de regras. Todavia, seria preciso avaliar a 'indisciplina' também como resistência, ousadia e inconformismo (Camacho, 2000: 41).

Há dificuldade de compreender a fluidez dos limites entre violência e indisciplina, por isto a importância de haver maior tolerância ao se definir o que seja disciplina (e os limites da indisciplina), no momento em que a escola repensa a forma de construir normas e valores sociais e em que as relações entre professores e alunos se transforma.

"Tudo é passível de discussão, onde a hierarquia fica menos visível, onde os alunos têm o direito de opinar" (Camacho, 2000: 41).

VIOLÊNCIA CONTRA A ESCOLA, DA ESCOLA E NA ESCOLA

4

BULLYING

O *bullying* é a violência que ocorre com maior frequência entre colegas de escola, “caracterizado pela agressão, dominação e prepotência entre pares (crianças ou jovens). Envolve comportamento intencionalmente nocivo e repetitivo de submissão e humilhação. Colocar apelidos, humilhar, discriminar, bater, roubar, aterrorizar, excluir e divulgar comentários maldosos são alguns exemplos (Lopes Neto, 2005)”²⁸.

O *cyberbullying* é um fenômeno mais recente, caracterizado pela ocorrência de e-mails, mensagens por celulares, telefonemas, fotos digitais, publicações em redes sociais ou blogs pessoais difamatórios, ações difamatórias on-line como recursos para a adoção de comportamentos deliberados, repetidos e hostis.

Um quinto dos adolescentes entrevistados pelo IBGE²⁹, do 9º ano do ensino fundamental, admitiram praticar *bullying*. Já a proporção de vítimas é mais do que o dobro, segundo pesquisa da Unicef no Brasil, 43% de meninos e meninas do 6º ano (11 e 12 anos) disseram que sofreram *bullying* nos últimos meses.

De modo geral, as pesquisas apontam para a maior incidência de *bullying* entre meninos na faixa de 11 a 14 anos.

ATENÇÃO!

É importante o controle e vigilância parental, de educadores e instituições de ensino sobre o uso de internet, celulares, computadores e a educação digital, como formas de proteção, frente às mudanças tecnológicas. Esta vigilância deve ser uma tarefa ativa, posta aos responsáveis e educadores, que precisam aprender como exercer esta mediação e colocar limites, responsabilidades e hábitos saudáveis no uso das tecnologias de comunicação. (Saúde de Crianças e Adolescentes na Era Digital, SBP. Leia mais:

https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/2016/11/19166d-MOrient-Saude-Crian-e-Adolesc.pdf)

Uma das grandes dificuldades de confrontação do *bullying* está em sua banalização. Quando esta violência é vista como natural, como parte do ambiente escolar e do convívio entre crianças e adolescentes, ela se torna invisível ou aceitável. As formas de *bullying* escolar, relatadas em um estudo brasileiro realizado em escolas da Bahia³⁰, podem servir de referência na identificação das práticas de *bullying*.

Identificando as práticas de *bullying*:

1. Roubar objetos
2. Ferir com Gillette/ faca
3. Bater com pau
4. Furar com lápis
5. Jogar pedras/amêndoas (frutos)
6. Dar surra
7. Dar tapas
8. Dar chutes
9. Bater sem motivo
10. Puxar orelha
11. Puxar cabelo
12. Dar beliscão
13. Empurrar
14. Jogar o outro no chão
15. Jogar bolinha de papel
16. Ameaçar
17. Fazer acusação falsa
18. Chamar de/colocar apelido
19. Ofender
20. Xingar
21. Difamar
22. Falar mal da família
23. Falar do outro, ‘focar
24. Fazer brincadeira de mau gosto
25. Excluir do jogo ou da brincadeira
26. Pirraçar
27. Fazer violência sexual
28. Estalar o dedo no ouvido do outro
29. Ficar agarrando o outro
30. Gritar com o colega
31. Provocar o colega
32. Chamar de gay
33. Chamar de feia



VOCÊ SABIA?

Muito antes de massacrar 32 pessoas e se suicidar na pior chacina em uma instituição de ensino na história dos Estados Unidos, o atirador da universidade Virginia Tech, Cho Seung-Hui, foi intimidado por colegas quando estava no Ensino Médio, vítima de *bullying*. O sul-coreano Cho era atormentado por alunos que caçoavam de sua timidez e de seu modo estranho de falar (com um sotaque de seu idioma original), disseram ex-colegas de classe (Jornal Zero Hora, 20 abr. 2007).

PARA REFLETIR

A concepção do *bullying* como um ‘fenômeno relacional’ nos leva a ressaltar a grande importância dos papéis desempenhados pelos estudantes nos episódios de *bullying*. Lembramos aqui a sua inter-relação: não há autor sem alvo e nem alvo sem autor, assim como não há testemunhas se não houver protagonistas. Também os protagonistas dependem de testemunhas, seja para aplaudir ou reprovar os autores, seja para acentuar o sentimento de humilhação dos alvos, ou para dar apoio ao alvo. Imagine, por exemplo, uma ‘fofoca’ sem colegas que a ouçam, ou uma agressão física que só o autor e o alvo saibam que ocorreu. Lembramos ainda o aspecto dinâmico das relações, que implica a mobilidade dos papéis: um aluno pode ser alvo num episódio e autor em outro. Testemunhas podem ser futuros alvos ou até mesmo autores. Portanto, não é demais repetir que focalizar esses diferentes papéis de forma isolada pode conduzir a uma falsa compreensão do *bullying*³¹.

Cotidianamente professores e pais acreditam que muitos dos comportamentos de *bullying* são parte da fase de criança ou do adolescente. Contudo, o *bullying* é um fenômeno violento, presente em todas as escolas, propiciando sofrimento para uns, conformismo para outros (Lopes Neto, 2005), e reproduzindo ou estruturando dinâmicas de relacionamento violentas.

QUAIS SÃO AS CAUSAS DO BULLYING?³²

Fatores culturais:

- **‘Regras’** a serem seguidas pelos alunos. Muitas vezes, a rigidez no cumprimento das regras impede que elas sejam questionadas e relativizadas; impede, inclusive, uma reflexão sobre a pertinência e a real utilidade delas, de forma a promover a sua manutenção: é ‘a regra pela regra’.
- **‘Competição’** entre os alunos, estimulada pelo professor e pela escola em geral. É muito comum os professores não perceberem o quanto suas ações acabam por estimular a competição entre seus alunos, de modo a tornar pouco atraentes a cooperação e o compartilhamento. Por exemplo: ações que premiam o aluno que tira notas mais altas, o que acaba o dever primeiro, etc.
- **‘Visão dos alunos como produtos’** que sempre podem ser melhorados. O sistema de ensino valoriza a quantidade (em detrimento da qualidade) e a busca de resultados concretos, tais como as notas. As descobertas, os projetos de arte e as pesquisas em sala de aula são geralmente abandonados, já que demandam muito tempo.
- **‘Avaliação’** dos alunos, nas suas formas tradicionais. Em geral, as avaliações são vistas como verdadeiras a respeito das habilidades e do potencial do aluno,

VIOLÊNCIA CONTRA A ESCOLA, DA ESCOLA E NA ESCOLA

4

mas, na realidade, não passam de retratos estanques de um desempenho inscrito em certo contexto, certo tempo e certo tipo de relação.

Os (anti)valores citados propiciam um clima escolar favorecedor da ocorrência de *bullying*, de intolerância com os diferentes e também de ações punitivas e policiais dos educadores.

Fatores familiares:

- Falta de tempo e de atenção dos pais; falta de participação nas atividades dos filhos;
- Falta de coesão e solidariedade entre os membros da família;
- Ausência de afeto nas relações familiares;
- Incoerência nas práticas disciplinares e de orientação;
- Uso da violência nas relações familiares cotidianas;
- Abuso de poder e uso exagerado de punição;
- Falta de normas;
- Superproteção dos filhos;
- Forma violenta de resolução de conflitos parentais e entre irmãos.

Talvez pudéssemos alongar bem mais essa lista, porém o que interessa é ressaltar que, embora a família possa ter importância considerável na produção do *bullying* escolar, não podemos ver esses fatores desvinculados dos demais que compõem a rede de produção do fenômeno. Temos ouvido com bastante frequência os professores e outros profissionais da escola atribuírem a culpa a fatores familiares. Entretanto, temos certeza de que cada leitor deste texto consegue se lembrar de pelo menos um adolescente que, apesar de viver em condições familiares adversas, é um bom aluno e não se envolve em *bullying*.

VIOLÊNCIA CONTRA SI PRÓPRIO, MASSACRES, SUICÍDIO E AUTOMUTILAÇÃO

Há um consenso sobre as consequências adversas do *bullying* para as vítimas, para os agressores, como também para as testemunhas, embora a preocupação maior seja com os danos observados nas vítimas. Os problemas vão desde a queda do rendimento escolar até ao desenvolvimento de depressão e suicídio.

Muitas são as dificuldades imediatas; outras, em médio e longo prazos. Além de poder comprometer o rendimento escolar, as vítimas tendem a se isolar, a apresentar baixa autoestima e a se recusar a ir à escola, alegando dores de cabeça, estômago ou abdominais. Em longo prazo, ressaltam-se dificuldades de relacionamento e sintomas de depressão que podem seguir a pessoa pela vida.

Atendados e massacres contra escolas tornaram-se um fenômeno social nos Estados Unidos e já deixaram trágicas marcas em escolas brasileiras, Taiuva em 2003, Remanso em 2011, Realengo no Rio em 2011, e Suzano em 2019. Na grande maioria dos casos, os autores alegam ter sofrido hostilidade, humilhação e constrangimento durante longos períodos.

Um estudo do feito pelo Departamento de Estudos Latino Americano Sobre Violência e Saúde Jorge Careli (Claves, 2002), apresentou que estudantes entre 13 e 18 anos de escolas públicas e particulares de três cidades brasileiras das regiões Sudeste e Nordeste mostraram elevados percentuais de ideação suicida: entre 21,7% e 34,1% do total de alunos afirmou alguma vez na vida ter ficado tão triste e sem esperança no futuro que chegou a pensar seriamente em se matar (Claves, 2002). Em pesquisa em escolas públicas e particulares de São Gonçalo, 29,7% dos adolescentes, da mesma faixa etária que RJ, disseram já ter pensado seriamente em se matar (Assis & Avanci, 2004).



DE QUEM É A 'CULPA'?

É muito comum ouvirmos dos professores, diretores, coordenadores e funcionários a atribuição de culpa pelo fracasso escolar, pela indisciplina, pela violência e por vários outros problemas apresentados pelos alunos, basicamente a duas esferas: 1) à família, com ênfase na estrutura da família e na 'falta' de educação doméstica; 2) à conjuntura social, política, econômica e cultural, com ênfase na pobreza, no desemprego e no excesso de violência do local em que moram.

Consideramos que, apesar da importância dos fatores macrossociais, não se pode negar que a dinâmica da instituição também seja responsável pela produção da violência escolar. A esse respeito, é bastante elucidativa a posição defendida por Aquino³³, em artigo sobre violência escolar, no qual descreve duas visões adotadas pelos estudiosos da violência: uma de cunho notadamente 'sociologizante' e outra 'psicologizante'.

Visão sociologizante: a violência é abordada como sendo determinada pelas macroestruturas políticas, econômicas e socioculturais.

Visão psicologizante: o enfoque é colocado na estrutura psíquica prévia dos personagens envolvidos nos atos de violência.

É claro que a combinação dessas duas perspectivas também é usual. A argumentação de Aquino contraria essas posições e se inicia com a colocação crítica de que, em qualquer dos casos, a violência teria raízes essencialmente exógenas em relação às práticas institucionais. Adotando uma concepção de instituição como local de relações ou práticas sociais específicas (por exemplo, família, escola, religião, clubes esportivos ou sociais), Aquino conclui que a violência nunca ocorre fora de instituições.

Tanto a posição sociologizante quanto a psicologizante, ao situar em forças externas – exógenas – a determinação da violência, isenta as relações institucionais da responsabilidade na construção da mesma. Além disso, tais posições levam, frequentemente, as instituições a um imobilismo próprio da constatação de impotência diante de problemas macroestruturais.

Então, voltando à atribuição de culpa produzida pelos profissionais da escola, podemos dizer que essas posições os levam a não se sentir responsáveis, como partes da instituição, pela violência que nela se processa. Isso talvez possa explicar porque as soluções pensadas para superação da violência caminham sempre na direção da política de segurança: levantar muros, colocar grades, aumentar o número de vigilantes, colocar policiais na escola e nas imediações.

Enfatizando também a mobilização da escola na direção de sua finalidade precípua, que é o processo ensino-aprendizagem, Lucas (1997) relata que em escolas de Nova Iorque o aperfeiçoamento do aparato de segurança, como a instalação de detector de metais, resultou em diminuição no porte de armas e de drogas, mas, paralelamente, houve um aumento de outros tipos de violência, como abuso sexual e vandalismos graves (incêndios, por exemplo). Finaliza sugerindo que é necessário reverter a prioridade colocada na segurança, colocando-a no processo ensino-aprendizagem.

Concluindo, queremos afirmar, seguindo a trilha delineada por Beland³⁴ (1996), que, como os professores podem atingir um grande número de crianças, em uma faixa de idade precoce e por extenso período de tempo, os programas de prevenção da violência fundados na escola possuem enorme potencial. As salas de aula emergem, portanto, como local ideal para implementação de estratégias para prevenir a violência.



**VIOLÊNCIA CONTRA
A ESCOLA, DA ESCOLA
E NA ESCOLA**

4





POLÍTICAS E DIREITOS PARA A PROTEÇÃO E PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS³⁵



“Não quero que minha casa seja cercada por muros de todos os lados e que as minhas janelas estejam tapadas. Quero que as culturas de todos os povos andem pela minha casa com o máximo de liberdade possível.”

Mahatma Gandhi

Historicamente, o tratamento dado à infância no Brasil tem sido influenciado pela cultura da tutela e de criminalização da pobreza. Exemplo disso é o Código de Menores, documento legal direcionado à população brasileira menor de 18 anos. Estabelecido no início do século passado, em 1927, não era destinado a todas as crianças, mas especificamente ao ‘menor’, termo utilizado para se referir às crianças pobres abandonadas ou consideradas delinquentes. Ele regulamentava questões como trabalho infantil, medidas de assistência e de tutela, entre outras. Contudo, esse Código foi elaborado, na verdade, muito mais como instrumento de controle da ordem social do que de garantia de direitos e de preservação da infância. Em termos de políticas sociais, vale ressaltar a criação do Serviço de Assistência ao Menor (SAM), em 1942, que atendia tanto ao adolescente infrator quanto àquele abandonado pela família, estabelecendo uma política que também pouco diferenciava a pobreza da criminalização.

Tendência semelhante seguiu a Fundação para o Bem-Estar do Menor (Funabem) (lei n. 4.513/69) que, em 1969, substituiu a SAM, mas manteve sua proposta e linha de atuação em relação aos ‘menores’. Em 1979, o próprio Código de Menores de 1927 foi revisto, dando origem ao Código de Menores de 1979 (lei n. 6.697/79) que, no entanto, manteve a visão assistencialista e correcional-repressiva do anterior, sendo ainda direcionado especificamente à considerada ‘infância perigosa’ ou à

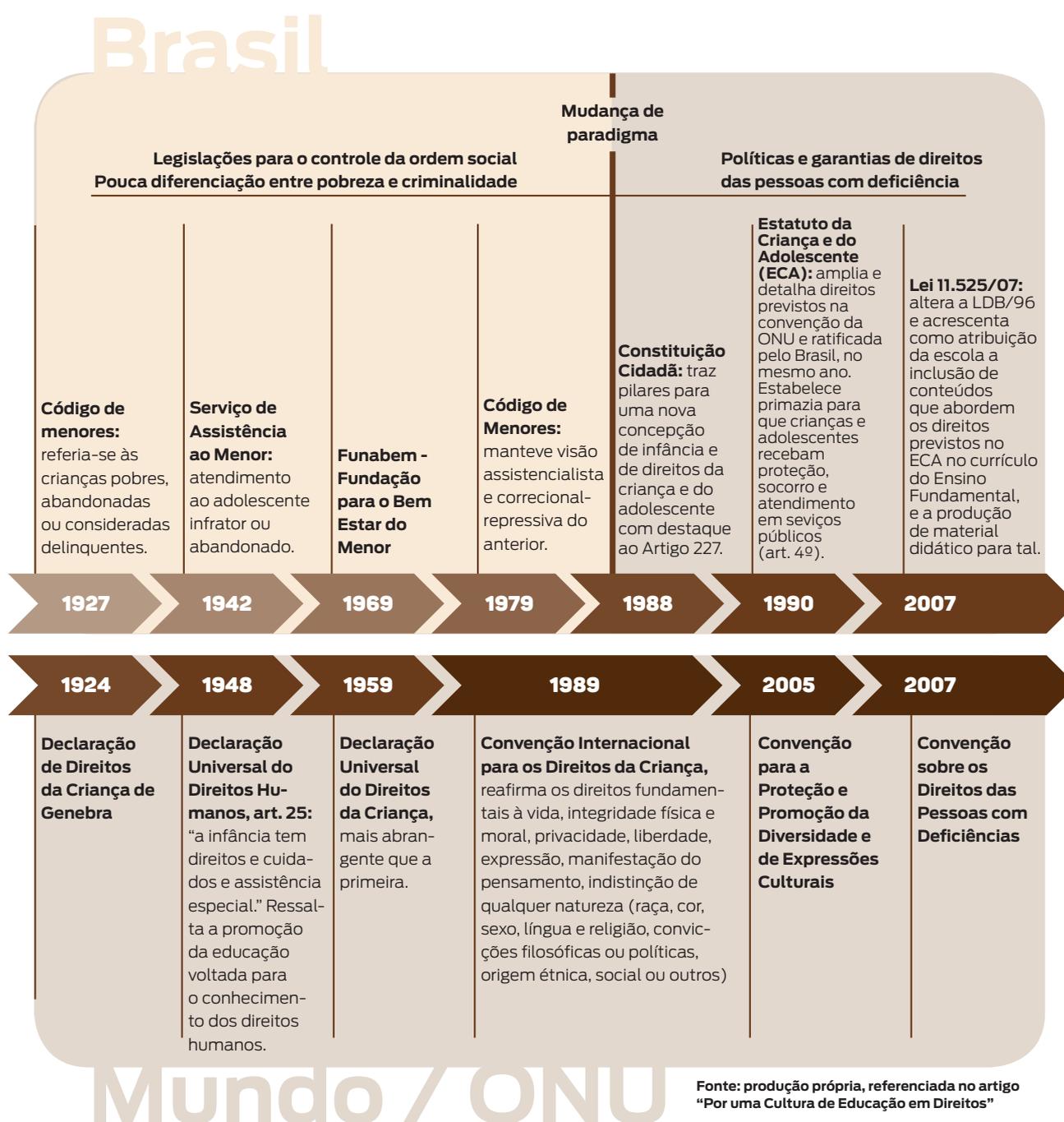
‘infância em perigo’ e atribuindo grande poder à autoridade judiciária.

Com a redemocratização do país, que se intensificou a partir da década de 1980, e o processo de elaboração da nova Constituição aprovada em 1988, surgiram os pilares para uma nova concepção de infância e de direitos da criança e do adolescente, concepções essas, informadas pelas lutas sociais no país e pelos avanços alcançados no direito internacional em relação a esse público. A lógica assistencial e punitiva começou a ser substituída por propostas políticas e de direitos visando à proteção e ao desenvolvimento integral da criança e adolescente. Podemos concluir sobre qual recente é a concepção que entende a criança e o adolescente como ‘sujeitos’ de direitos, cuja proteção e desenvolvimento demandam responsabilidade de toda a sociedade brasileira.

Internacionalmente, a visão da criança e do adolescente como sujeitos de direito já estava presente em alguns instrumentos normativos. Em 1924, a Assembleia da Liga das Nações aprovou a Declaração dos Direitos da Criança de Genebra; em 1948, foi estabelecida a Declaração Universal dos Direitos Humanos, cujo artigo 25 define: “a infância tem direito a cuidados e assistência especial”. Em 1959, estabeleceu-se a Declaração Universal dos Direitos da Criança, muito mais abrangente do que a primeira.



LINHA DO TEMPO DAS PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS E POLÍTICAS BRASILEIRAS DE GARANTIA DE DIREITOS PARA A PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL PELA EDUCAÇÃO



IMPORTANTE! OS CONSELHOS

Juntamente com o ECA, surgem e ganham relevância instituições voltadas especificamente para a proteção integral da criança e do adolescente, como é o caso dos conselhos tutelares, os conselhos de Direito e as varas especiais da infância e juventude. O Conselho Tutelar é um órgão público municipal, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, encaminhando casos para outros órgãos competentes, como o Ministério Público, fiscalizando as entidades de atendimento e apurando possíveis irregularidades. Todo município deve ter ao menos um Conselho Tutelar, cujos membros são escolhidos na comunidade local. De modo complementar, os Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e Adolescente, também criados a partir do ECA, devem ser formados por pessoas escolhidas pelo governo e por representantes da sociedade civil, tendo como funções zelar pelo cumprimento do ECA, divulgar os direitos nele contidos, participar da definição da Política Municipal de Proteção Integral da Criança e do Adolescente, administrar o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e registrar e acompanhar entidades governamentais e não governamentais que fazem atendimento a esse público. Em nível nacional, seguindo proposta semelhante aos Conselhos de Direito, foi criado, em 1991, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança (Conanda) (lei n. 8.242/91) que tem entre suas atribuições: formulação de políticas públicas e destinação de recursos para o cumprimento do ECA.

A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E O PAPEL DA ESCOLA NA PROTEÇÃO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

No Brasil, a preocupação e o interesse com a promoção de uma educação orientada para o respeito aos direitos humanos ganham maior projeção a partir de meados dos anos 90 com a definição, em 1995, da década da educação em direitos humanos, e com a aprovação, em 2005, do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH) e de seu Plano de Ação.

Em 2006 foi aprovada a versão final do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) do Brasil. Atualmente, considera-se o PNEDH um instrumento orientador e fomentador das ações de educação em direitos humanos, especialmente quanto às políticas públicas nas áreas da educação básica, superior, educação não-formal, aos sistemas de justiça e segurança e à mídia. O plano visa, sobretudo, a promover e a difundir uma cultura de direitos humanos no país. A educação, por sua vez, é entendida como um meio privilegiado para atuar nessa direção: ela é tanto um direito humano em si, quanto garantia para demais direitos³⁶.

Dentre as ações propostas, vale ressaltar, entre outras:

- Fomentar a inclusão, no currículo escolar, das temáticas relativas a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiência, bem como a todas as formas de discriminação e violações de direitos, assegurando formação continuada dos trabalhadores da educação para lidar criticamente com tais temas.
- Incentivar a elaboração de programas e projetos pedagógicos, em articulação com a rede de assistência e proteção social, tendo em vista prevenir e enfrentar as diversas formas de violência.



- Incentivar a organização estudantil por meio de grêmios, associações, observatórios, grupos de trabalhos entre outros, como forma de aprendizagem dos princípios de direitos humanos, da ética, da convivência e da participação democrática na escola e na sociedade. (Brasil, 2008: 24-25)

No entanto, o que significa educar em direitos humanos? É possível ensiná-los? E o que é ensinar direitos humanos? É conhecer os documentos e normas nacionais e internacionais que os regem? De acordo com o PNEDH, a educação em direitos humanos deve ser promovida em três dimensões:

- **Conhecimentos e habilidade:** compreender os direitos humanos e os mecanismos existentes para a sua proteção, assim como incentivar o exercício de habilidades na vida cotidiana;
- **Desenvolvimento de valores** e fortalecimento de atitudes e comportamentos que respeitem os direitos humanos;

- **Ações:** desencadeamento de atividades para a promoção, defesa e reparação das violações aos direitos humanos. (Brasil, 2008: 23)

A proposta é que a educação em direitos humanos seja um eixo central do trabalho desenvolvido nas escolas e permeie o currículo como um todo, a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, o projeto político-pedagógico da instituição, os materiais didático-pedagógicos, o modelo de gestão e de avaliação e as metodologias e práticas desenvolvidas no conjunto do espaço escolar. Como observa Vera Candau³⁸, há que se enfatizar processos que utilizem metodologias participativas e de construção coletiva, superando estratégias pedagógicas meramente expositivas. Diante da diversidade presente na escola, torna-se necessário criar metodologias que empreguem uma pluralidade de linguagens e materiais de apoio orientados para mudanças de mentalidade, atitudes e práticas individuais e coletivas.

Segundo a definição explicitada, a **educação em direitos humanos** constitui uma educação permanente e global, que não trabalha apenas com a dimensão da razão e da aprendizagem cognitiva e com o conhecimento das leis. Ela envolve também aspectos afetivos e valorativos que precisam ser sentidos e vivenciados cotidianamente. É preciso experimentar o direito de liberdade, de igualdade, de justiça, de dignidade para entender o que significam e, principalmente, para que sejam difundidos. Desse modo, “de nada adiantará levar programas de direitos humanos para a escola se a própria escola não é democrática na sua relação de respeito com os alunos, com os pais, com os professores, com os funcionários e com a comunidade que a cerca”³⁷(Pág. 40). Todavia, a introdução dessa discussão na escola pode servir para questionar suas próprias contradições e conflitos estruturais e cotidianos, propiciando a busca de formas para enfrentá-los.





**POLÍTICAS E DIREITOS PARA A
PROTEÇÃO E PREVENÇÃO DE
VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS**

5





6



**O QUE A ESCOLA
DEVE E PODE FAZER?**



“O comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como desviante.”
Howard Becker

“O processo para se fazer um criminoso é de rotular, definir, identificar, segregar.”
Frank Tannenbaum

O PAPEL DA ESCOLA NO ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIAS E PROMOÇÃO DE CULTURA DE PAZ³⁹:

De maneira geral, o entendimento do problema da violência nas escolas – e as medidas propostas para enfrentá-lo – costuma se circunscrever aos casos de violência física e delituosa, como furtos, uso de drogas e porte de armas, sem considerar todas as outras dimensões da violência que acontecem no ambiente escolar e têm relação direta com os casos mais graves. Outras situações, como a criação de normas e regras, as relações sociais estabelecidas entre os atores (aluno/aluno, aluno/professor, professor/professor, professor/direção, professor/família) e destes com o espaço, também interferem no cotidiano escolar e devem ser repensadas.

As respostas aos problemas tendem a se basear em estratégias exclusivamente reativas e repressivas, como o fechamento da escola, a instalação de câmeras, detectores de metais e outros mecanismos de vigilância e controle, além da solicitação, algumas vezes desnecessária, da presença policial. Tais medidas raramente se mostram eficazes para evitar a ocorrência de novos delitos e não promovem mudanças na forma como as relações estão estabelecidas no espaço escolar, gerando mais conflitos violentos e chocando-se com a concepção da escola: um espaço de todos, da democracia, da diversidade e da integração.

Na discussão sobre violência nas escolas, é comum buscar um único responsável pelo problema e, portanto, por sua solução: a escola culpa a família, a família diz o mesmo da escola, que por sua vez aciona a polícia ou utiliza recursos repressivos e baseados na exclusão para resolver os conflitos violentos e os casos de indisciplina. Se a violência é um problema tão multifacetado, por que delegar sua solução a uma única instituição? E por que esperar que essa solução seja pautada somente no fortalecimento do controle e da fiscalização, sem conside-

rar a construção de uma cultura e de valores que estimulem a convivência pacífica e democrática na escola?

Pesquisas feitas em escolas das metrópoles brasileiras que obtiveram êxito em suas propostas, foi possível observar princípios comuns que nortearam as ações.

Princípios:

- Apoio e participação de todos os membros da comunidade escolar – direção e equipe técnica, funcionários, estudantes, professores, família e comunidade – na realização do diagnóstico dos problemas da escola, no planejamento, na execução e na avaliação das ações.
- Estratégias baseadas no diálogo, que levam em conta a valorização das respostas coletivas e a divisão de responsabilidades entre todos os atores escolares.

12 ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO DAS VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS

Com base nesses princípios, nas ações dentro e fora do Brasil e na dinâmica da vida escolar, indicamos a seguir temas e estratégias que podem contribuir para promover a convivência pacífica nas escolas:

1. Construção Coletiva das Normas e Regras de Convivência Escolar

As normas e regras são preceitos fundamentais para o convívio social em qualquer instituição onde pessoas com visões e perfis distintos se relacionam. Elas tanto podem ser positivas no estabelecimento de uma convivência harmoniosa quanto desencadeadoras de situações violentas.

Nas instituições escolares isso não é diferente: respeito aos horários, observância a regras de comportamento em sala de aula e no pátio, uso do espaço físico fora do horário de aula, entre outras, são questões que requerem



um conjunto de regulamentos para que haja um melhor aproveitamento e respeito entre todos. O papel desempenhado pela instituição escolar, suas normas, regras e esferas de poder influenciam diretamente a convivência e o clima estabelecido em seu ambiente.

Ao não envolver representantes dos diferentes segmentos da comunidade escolar na discussão e na concepção dessas normas, elas se tornam frágeis e acabam sendo descumpridas, pois muitos não entendem ou não veem sentido na sua existência. Assim, a escola perde o apoio para legitimar e fazer valer os direitos individuais e coletivos. O vácuo deixado por essa perda gera disputas de poder entre direção e estudantes, professores e estudantes, funcionários e estudantes e até entre a escola e os moradores do entorno. Para determinados desvios de conduta, será mesmo necessário utilizar sanções. No entanto, para que elas sejam legítimas, suas regras devem ser claras e transparentes e não devem excluir o diálogo entre as partes envolvidas.

Uma das formas de criar condições para que os representantes de todos os segmentos da comunidade escolar participem e se envolvam na construção de regras de convivência, são os mecanismos de gestão da própria escola como, por exemplo, o Conselho de Escola e a Associação de Pais e Mestres, ou a criação de outros fóruns participativos.

Dicas:

- Realizar as reuniões no espaço e horário mais favoráveis à participação.
- Envolver e motivar a participação de todos os membros da comunidade escolar (familiares, alunos, professores e funcionários), dando atenção àqueles que estão distantes ou indiferentes.
- Estabelecer as diretrizes da escola com base na “economia normativa”, ou seja, manter as regras que são realmente indispensáveis, acompanhadas da discussão intensiva das normas com todos os atores relacionados ao ambiente escolar.

- Organizar os encontros não apenas para divulgar informações, mas para que sejam um espaço de discussão e troca de ideias, saberes e propostas.
- Criar formas de disseminação dessas regras e normas entre toda a comunidade escolar.

VALE LER

“Educar para a Convivência: a Gestão de Conflitos na Escola”, de Maria Isabel da Silva Leme. Artigo disponível na revista Educação Grandes Temas – Violência e Indisciplina. Editora Segmento, 2007.

VALE ASSISTIR

“Pro Dia Nascer Feliz”, de João Jardim. Flagra o dia a dia dos alunos e professores em seis escolas de Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro. As entrevistas são intercaladas com sequências de observação do ambiente das escolas (salas de aula, pátios, conselhos de classe).

2. Polícia e Guardas nas Escolas

A presença e a atuação das polícias e guardas municipais nas escolas não são um consenso entre a comunidade escolar. Para alguns, é a alternativa mais viável para os problemas de violência. Outros, ao contrário, criticam sua atuação, reconhecendo os limites dos agentes de segurança pública e valorizando a atuação do corpo escolar.

Apesar de ser uma questão delicada, algumas estratégias e recomendações podem ser adotadas para a discussão da entrada ou não dos agentes de segurança pública no ambiente escolar.

O QUE A ESCOLA DEVE E PODE FAZER?

6

Dicas:

- Acionar a polícia apenas em casos de crime e atos qualificados no Código Penal (como extorsão, roubos, furtos, tráfico de drogas, porte de armas etc.) e não para resolver conflitos dentro dos muros da escola. A instituição educacional precisa criar estratégias pedagógicas para resolver problemas como brigas, agressões e insultos, uma vez que esses conflitos podem ter sido gerados pela ausência de limites mais claros entre os direitos e deveres dos atores da comunidade escolar.
- Aproximar policiais, guardas e comunidade escolar em discussões sobre temas pertinentes ao ambiente escolar, como cuidados com o espaço, atividades de lazer e cultura, uso de drogas, procurando desenvolver ações conjuntas com foco na prevenção da violência e na promoção da convivência.
- Contar com um policiamento preventivo e comunitário que iniba as violências nos arredores das escolas.

3. Resignificação do Uso do Espaço Escolar

Os atos de vandalismo, como depredações de carteiras e lousas, banheiros sujos e pichações figuram entre os principais problemas relatados pelas escolas, e são uma das causas de maior desperdício de recursos públicos destinados à educação. Equipamentos destruídos ou em mal estado no interior e no entorno da unidade escolar – como ponto de ônibus, iluminação e até faixa de pedestre mal conservada ou sem sinalização – afetam a segurança e o bem-estar das pessoas.

Mudanças nos ambientes físicos geram transformações de atitudes e comportamento: as pessoas passam a valorizar e também a cuidar do espaço contribuindo para sua conservação.

As estratégias para promover a ressignificação do uso do espaço estão calcadas em uma proposta pedagógica que pretende recuperar ou construir entre os participantes da vida escolar o sentimento de pertencimento àquele local e, portanto, maior cuidado e proteção.

LEIA MAIS



Em outubro de 1996, o 22º batalhão da PM de Belo Horizonte propôs estratégias de proteção às escolas circunscritas à sua área de ação, clamando diretores, professores, pais, alunos e outros representantes da comunidade para participar da implantação de um programa que ficou conhecido como “Anjos da Escola”. Seu objetivo era proteger as escolas para a “melhoria das condições de ensino e aprendizagem”, o que significa, de certa forma, uma percepção de que a segurança é um dos itens necessários para que se desenvolvam ações educativas na escola.

O programa abre-se para intervenções não restritas ao âmbito escolar, procurando abranger seu entorno. As atividades de proteção englobam a melhoria do sistema público de iluminação próximo da escola, a otimização da segurança do trânsito, um melhor acesso às escolas mediante a desobstrução das ruas utilizadas para o deslocamento dos alunos e a limpeza dos lotes ao redor das escolas.

A iniciativa do 22º batalhão levou à adoção de políticas mais amplas e abrangentes.

Foi com base nela se criou o primeiro banco de dados oficiais para coletar informações sobre a violência escolar no Estado de Minas Gerais, ou seja, a iniciativa deixou de ser do batalhão para se incorporar à Secretaria de Segurança Pública.

“Iniciativas Públicas de Redução da Violência Escolar no Brasil”, de Luis Alberto Gonçalves Oliveira e Marília Pontes Sposito. Cadernos de Pesquisa, n. 115, 2002.

Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742002000100004&script=sci_arttext&tlng=es



Estratégias:

- Realização de obras de infraestrutura e recuperação dos materiais e equipamentos deprecados da escola com participação de estudantes, familiares, moradores do bairro, funcionários e professores.
- Solicitar aos órgãos públicos responsáveis a reforma dos equipamentos danificados.
- Negociar e propor regras conjuntas para utilização dos equipamentos escolares, como a quadra poliesportiva, entre estudantes na hora do intervalo e moradores no horário extra-aula.
- Propor atividades entre jovens que valorizem expressões artísticas como grafite, muralismo e pinturas em lugar da pichação.

4. Gestão Inovadora: Direção, Equipe Técnica e Funcionários

No cotidiano das escolas é comum encontrar o diretor exercendo uma variedade de funções e papéis. Ao mesmo tempo em que é responsável por responder pelas obrigações de ordem administrativa, foca sua atenção nos conflitos existentes no âmbito escolar. Mas não cabe apenas ao diretor resolver todos os problemas que acontecem na escola, ser o único responsável por todos os conflitos estabelecidos na relação entre os atores ou apenas delegar para outros. Cabe à direção estar preparada para criar condições que atribuam a todos a corresponsabilidade de forma consciente, partilhada e solidária.

A direção conta com uma equipe técnica e um corpo de funcionários para tratar de questões administrativas, burocráticas e mesmo de caráter relacional. Nesse ponto há outro problema, pois nem sempre eles estão capacitados para lidar e atender o público, como, por exemplo, os jovens e familiares. Os funcionários e a equipe técnica são vistos em muitos casos pela família, estudantes e comunidade como os responsáveis diretos pelo cumprimento das regras e normas. E, por esse motivo, é comum

que os conflitos e tensões surjam dessa relação.

Outro aspecto é a maneira como o diretor exerce sua autoridade na relação com professores, comunidade e estudantes. Em inúmeros relatos constata-se um distanciamento e uma falta de diálogo entre o corpo diretivo, de um lado, e alunos, comunidade e até professores, do outro. Para alguns estudantes, a diretoria não somente deixa de reconhecê-los como sujeitos de direitos, mas desrespeita suas representações e desconsidera suas percepções.

A autoridade da direção só será legítima e respeitada se houver a participação de outros membros na construção da gestão escolar, nas regras e normas, conforme abordamos, incluindo no currículo escolar temas que desenvolvam competências para a vida social.

Estratégias:

- Disposição do diretor para assumir um papel articulador dos diferentes atores do espaço escolar (professores, funcionários, alunos, familiares e outros atores) de forma a mobilizá-los para a mudança de situações críticas e a construção de projetos coletivos.
- Estabelecer mecanismos de aproximação e diálogo entre todos os atores da comunidade escolar.
- Inserir no Projeto Político Pedagógico e Horário de Trabalho dos Professores temas como cultura de paz, prevenção da violência, mediação de conflitos e formas de combater discriminações.
- Oferecer cursos de capacitação específica de funcionários, direção e equipe técnica para lidar com jovens e comunidade com foco na resolução pacífica de conflitos e convivência escolar.
- A direção e a equipe técnica da escola devem criar condições para identificar os alunos com dificuldades de aprendizagem e de sociabilidade e intervir antes que os conflitos se concretizem.

O QUE A ESCOLA DEVE E PODE FAZER?

6

PROJETO CORRE BECO

Desenvolvido no Colégio Estadual Renan Baleeiro (Salvador – BA), o Projeto Corre Beco foi idealizado pela vice-diretora e desenvolvido de forma interdisciplinar pelos professores, alunos, funcionários e direção. Tem como objetivo dar oportunidade aos alunos de conhecer e valorizar sua comunidade, sua cultura, sua identidade, sua história, assim como a diversidade do patrimônio natural e do histórico étnico-cultural, contextualizando esses conhecimentos para permitir maior possibilidade de inserção, intervenção e transformação social.

Antes do projeto, a direção da escola mudou quatro vezes em um período de seis meses. A relação com a comunidade era bastante conflituosa e os policiais estavam presentes o tempo todo na escola.

O primeiro passo para mudar esse clima foi construir uma proposta pedagógica baseada em metodologia de arte-educação. Como a comunidade escolar era quase em sua totalidade formada pela população afrodescendente e a escola está localizada em área remanescente de Quilombo, optou-se por focar na

questão da identidade. Outra ação foi uma conversa com o batalhão de polícia para que a presença policial constante fosse substituída por uma ronda escolar. Foram firmadas parcerias com instituições de ensino superior, ONGs e poder público para desenvolver atividades de extensão para todas as faixas etárias em temas como gravidez na adolescência, gênero e diversidade, linguagens, códigos e suas tecnologias. Por fim, contratou-se uma terapeuta que realizou um trabalho com os professores, funcionários e direção tratando de autoestima, afetividade, estresse e inter-relações.

Segundo representantes da instituição, os principais resultados dessa iniciativa foram: elevação da autoestima da direção, professores, funcionários e estudantes; melhoria do ensino e da aprendizagem e elevação dos índices de aprovações; diminuição da evasão escolar, de licenças e atestados médicos por professores e funcionários, e da gravidez na adolescência; maior afetividade entre professores, alunos e funcionários e com a escola; busca por maior qualificação profissional (pós-graduações, cursos, capacitações, congressos) e participação dos adolescentes em fóruns.

5. Valorização da Representatividade Estudantil

A escola desempenha um papel marcante na história de vida dos jovens. No cotidiano escolar, uma multiplicidade de experiências é vivida e compartilhada entre os jovens e com professores, diretores e funcionários. Exerce também uma função fundamental na formação individual e social dos jovens, na construção de sua personalidade e identidade. Como parte integrante e indissociável desse cotidiano devemos considerar os variados processos de conflitos e cooperação entre os jovens e destes com o mundo adulto.

Estudantes e a Escola

Em muitos casos, a frustração que o aluno estabelece com a escola está na não realização de suas expectativas diante daquilo que é oferecido pela instituição, tanto

no que se refere aos conteúdos formais como na maneira pela qual suas opiniões são recebidas e tratadas pela diretoria, professores e funcionários. Sua vontade é ser protagonista, fazer ouvir sua voz e ter espaços para mostrar e desenvolver suas capacidades. A escola precisa levar tais desejos e sentimentos em consideração e oferecer ao aluno diferentes oportunidades de realização.

Muitas vezes esses embates significam um choque de interesses e visões. Observa-se, por exemplo, uma contradição entre o que professores e membros da direção acham que deve ser – ou o que é aceito socialmente – e a realidade, ou seja, os interesses dos estudantes e as suas maneiras de ser e se comportar, negando e proibindo, portanto, símbolos específicos dessa fase da vida. Um exemplo comum é a proibição de certos itens e formas de vestimenta típicos da juventude.



Uma das maneiras de enfrentar tais dificuldades é incentivar e valorizar a organização dos estudantes na escola, criando e/ou fortalecendo canais de participação como, por exemplo, grêmios estudantis.

O grêmio estudantil é a organização que representa os interesses dos estudantes na escola, permitindo que os alunos discutam, criem e fortaleçam inúmeras possibilidades de ação, tanto no próprio ambiente escolar como na comunidade. O grêmio é também um importante espaço de aprendizagem, cidadania, convivência, responsabilidade e de luta por direitos. Contribui para aumentar a participação dos estudantes nas atividades de sua escola, junto com pais, funcionários, professores, coordenadores e diretores – da programação à construção das regras dentro da escola.

ambiente solidário, humanista e cooperativo. O mediador pode ser um ou dois alunos, um professor, alguém respeitado na comunidade escolar. Ele pode ser escolhido democraticamente, passar por uma prova, ou ser indicado pelo corpo docente como apto para realizar o papel de mediador.

Essa técnica implica uma escuta atenta, uma troca de pontos de vista e o desenvolvimento de técnicas de cooperação e negociação. A vantagem da mediação sobre outros métodos é que se chega pacificamente a um acordo que satisfaz as partes envolvidas no conflito, uma vez que foi alcançado pelos próprios interessados na questão. A maioria dos alunos prefere ser julgada por seus colegas do que por uma instituição, quando o problema não é de natureza penal.

VOCÊ SABIA?

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Com base nela, estão garantidas a criação de pelo menos duas instituições: a Associação de Pais e Mestres e o Grêmio Estudantil, cabendo à direção da escola criar condições para que os alunos se organizem no Grêmio Estudantil. A lei determina ainda a criação do Conselho de Classe e Série.

LEIA MAIS



“**Mediação de Conflitos**”, de Marina Alcalay. Governo do Distrito Federal. Secretaria de Estado da Educação. Ritla, 2009 - Cartilha de Mediadores: como montar este projeto na minha escola?

Disponível em
http://bvsm.sau.gov.br/bvs/exposicoes/sociedade/publicacoes/noos/proj_esc_azul.pdf

6. Mediação de Conflitos na Escola

A mediação é a intervenção de um terceiro – um especialista – no conflito entre duas partes que não alcançam, por si mesmas, um acordo nos aspectos necessários para restaurar uma comunicação. É importante o reconhecimento da responsabilidade individual no conflito.

Tal prática pode ser instaurada no interior da escola, em especial nos próprios grupos de alunos, a fim de criar responsabilidades e tentar satisfazer as necessidades dos jovens mediante o desenvolvimento de um

7. Relação entre Estudantes e Professores

Segundo pesquisa coordenada por Miriam Abramovay, realizada em instituições escolares da rede pública do Distrito Federal, um indicativo de bom clima escolar segundo os estudantes é a relação de afeição, confiança, amizade e respeito estabelecida entre eles e os professores.

Na sala de aula, há situações em que se desenrolam intrincados processos de negociação entre alunos e professores que muitas vezes acabam em xingamentos, desrespeito e até agressões. Grande parte delas encontra



O QUE A ESCOLA DEVE E PODE FAZER?

6

sua origem nas relações de poder estabelecidas em sala de aula, marcadas pela diferença de papéis. O professor é uma autoridade e deve ser respeitada como tal. No entanto, ele não pode esquecer de seu papel, tornando-se promotor de violência, como vemos em casos de humilhações de alunos ou na construção unilateral de regras de convivência na sala de aula, que apenas os alunos devem respeitar.

Isso é um sintoma claro de perda de comunicação e diálogo entre as duas partes. Portanto, uma das primeiras ações para se obter um ambiente harmonioso é criar regras de convivência dentro da sala de aula pactuadas por todos, em que o limite e o papel de cada um é previamente estabelecido. Para assegurar que tais normas sejam cumpridas por todos, vale divulgá-las e, sempre que oportuno, resgatá-las.

Outra ação está na criação e/ou fortalecimento do Conselho de Classe. O Conselho reúne supervisores, orientadores, professores e alunos para discutir a aprendizagem, seus desempenhos e avaliações. No conselho de classe, mais do que saber se o aluno será aprovado ou não, objetiva-se encontrar os pontos de dificuldade tanto do aluno quanto da própria instituição de ensino. Dessa forma, busca-se a reformulação nas práticas escolares com base nas reflexões geradas pela discussão em conselho de classe. Além disso, compartilham-se informações sobre a classe e sobre cada aluno para embasar a tomada de decisões e melhorar o processo de ensino-aprendizagem.

Estudantes em Liberdade Assistida

A liberdade assistida é uma medida socioeducativa que prevê a reinserção social de adolescentes e jovens que cometeram atos infracionais. Por lei, uma de suas atividades obrigatórias é frequentar as aulas em escolas públicas, com o acompanhamento de um orientador, que, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei 8.069/90), deve promover socialmente o adolescente e o jovem com sua família e a comunidade, supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar, agenciar sua formação profissional e sua inserção no mercado de trabalho, e apresentar relatório sobre o caso.

Os desafios são a integração e a participação desses adolescentes e jovens na vida escolar. Há dificuldades na relação cotidiana estabelecida com outros membros da escola. Muitas vezes, os estudantes em liberdade assistida são vistos como bandidos ou aqueles que vão minar as relações saudáveis e atrapalhar os outros alunos. Além disso, constata-se a ausência ou a dificuldade do acompanhamento por parte do orientador, a falta de conhecimento sobre as atribuições e responsabilidades desse jovem por parte dos docentes e da equipe técnica da escola e vice-versa.

Recomendações para que esses estudantes sejam inseridos no ambiente escolar:

- Descriminalizar a visão que se tem desses estudantes por parte dos professores, da direção e dos próprios colegas, por meio da discussão nas escolas sobre liberdade assistida.
- Capacitar os docentes e a direção sobre o papel de cada instituição pública na liberdade assistida e a aproximação com as autoridades públicas que trabalham diretamente com os jovens.
- Fomentar a participação dos estudantes em liberdade assistida nas atividades de integração desenvolvidas pela escola, fazendo com que ela seja parte da sua rede social e seja representativa em sua vida
- Estabelecer, nos órgãos competentes, um sistema eficaz de segunda chance aos jovens em liberdade assistida, para que frequentemente programas compensatórios que lhes tragam esperança e incentivo.

8. Valorização dos Professores

Os relatos e reivindicações de professores(as) da rede de pública de ensino tratam de uma rotina de trabalho marcada por carências e sobrecargas. Por um lado, citam os baixos salários, as péssimas condições de infraestrutura, a falta de autonomia e apoio para o desenvolvimento de projetos e de formação para lidar com



dificuldades do cotidiano escolar. Por outro, citam as salas de aula lotadas, sobrecarga de funções e trabalhos burocráticos.

A combinação dessas condições afeta diretamente sua vida pessoal e, obviamente, suas relações nas unidades escolares, que, como vimos nas seções anteriores, nem sempre são harmoniosas. No entanto, segundo pesquisa da UNESCO, quando construída com respeito, companheirismo e cumplicidade, essa relação deixa lembranças para o resto de suas vidas.

Assim como outros atores escolares, o docente é peça-chave na construção de um bom clima escolar. Desse modo, sua valorização deve estar pautada em ações capazes de gerar climas de satisfação profissional caracterizados por acolhimento, suporte e condições para desenvolver seu trabalho.

Estratégias:

- Criar mecanismos e canais de ampliação da participação dos professores nas decisões das escolas, aproximando-os da direção e da equipe técnica.
- Dar apoio psicológico por meio de parcerias com equipamentos públicos de saúde e entidades profissionais e de ensino superior.
- Dar maior autonomia para o desenvolvimento de projetos específicos, como, por exemplo, atividades extraclasse.
- Dar oportunidade de formação continuada a fim de que o professor possa atualizar-se para enfrentar o cotidiano. Nos horários de trabalho pedagógico, focar a formação em temas com os quais os docentes não estão familiarizados e que podem auxiliá-los em conflitos dentro da sala de aula, como, por exemplo, mediação de conflitos.
- Estimular a aproximação entre professores e estudantes.

VOCÊ SABIA?

Em uma escola pública do extremo norte de São Paulo foi realizada uma parceria com uma Faculdade de Psicologia para desenvolver um projeto de escuta e acolhimento dos professores. Uma vez por semana uma equipe de psicólogos ouve os professores e dá sugestões psicossociais.

9. Importância da Participação da Família e da Comunidade

A dificuldade na definição de limites, do papel e das responsabilidades da escola e da família na educação dos jovens compromete o diálogo e a aproximação dessas duas instituições.

O que não se percebe é que ambas as instituições devem desempenhar papéis não antagônicos, mas interdependentes e complementares, baseados em relações de respeito e cooperação. Essa aproximação pode acabar fortalecendo ações conjuntas para tratar de problemas cotidianos.

Sugestões para criar ou fortalecer o vínculo com a família:

- Revisão do conceito de família mediante aceitação pela escola de outros tipos de configurações familiares, além das figuras materna e paterna. Em muitos casos, avós, irmão/irmã mais velhos são os responsáveis pelos adolescentes.
- Adotar estratégias variadas para atrair a família em outras atividades na escola, também como forma de evitar que os pais ou responsáveis sejam chamados somente em situações negativas ou constrangedoras.
- Troca constante de informações sobre o andamento da vida escolar.

O QUE A ESCOLA DEVE E PODE FAZER?

6

As condições sociais dos bairros onde as escolas estão localizadas afetam diretamente seu cotidiano, as relações e a percepção sobre segurança dos membros da comunidade escolar.

Em muitos territórios, as escolas são uma das poucas instituições públicas de lazer, cultura e ponto de encontro. Por esse motivo, a unidade escolar torna-se referência e é procurada diariamente pelos moradores, em sua maioria jovens. Como se sabe, essa relação nem sempre é harmoniosa.

Como já observado, muitas escolas que obtiveram sucesso na construção de um ambiente pacífico optaram por se aproximar e abrir o diálogo com os moradores do entorno, demonstrando que a escola deve ser valorizada como fundamental no processo de construção da cidadania.

Sugestões:

- Desenhar estratégias de aproximação com a comunidade privilegiando uma linguagem simples, de fácil entendimento, que promova a socialização e a convivência.
- Aproximar a escola da comunidade entendendo suas vulnerabilidades, limites e potencialidades.
- Promover atividades de que a comunidade possa participar e com a qual possa contribuir.

No Brasil inúmeras iniciativas de abertura da escola para a comunidade vêm demonstrando ser uma excelente estratégia para reduzir níveis de violência dentro e fora do espaço escolar.

10. Promoção da Cultura de Paz nas Escolas

Como vimos nas ações, projetos e sugestões apontados até agora, as estratégias das escolas para enfrentar a violência variam de acordo com os problemas enfrentados em cada lugar. Esse é um ponto-chave quando se

PROGRAMA ESCOLA ABERTA

Foi criado com base na constatação feita pela UNESCO de que os índices de violência envolvendo jovens são maiores nos fins de semana. Assim, foi criado o Programa Abrindo Espaços que, mais tarde, foi assumido pelo Ministério da Educação, com a ampliação dos seus objetivos: além de promover espaços alternativos de lazer, educação, informação e cultura para os jovens e suas comunidades, o programa visa construir a cultura da paz; integrar a escola e a comunidade e melhorar a qualidade da educação.

A proposta central é proporcionar aos alunos e às suas comunidades espaços alternativos para o desenvolvimento de atividades de cultura, esporte, lazer, geração de renda, formação para a cidadania e ações educativas complementares durante o fim de semana.

Seu foco prioritário são os jovens.

As atividades são realizadas por meio de oficinas cujos temas são selecionados pela comunidade. As mais comuns são as oficinas de hip-hop, capoeira, futebol, artesanato, dança, entre outras.

Em geral, os “oficineiros” responsáveis pelas atividades são talentos que residem na vizinhança. Dessa maneira, o programa Escola Aberta estreita as relações entre escola e comunidade e pretende reduzir a violência na comunidade escolar, promovendo o protagonismo juvenil.

Leia mais:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12367&Itemid=817



pensa em ações de prevenção da violência: entender as dinâmicas de cada local, em vez de simplesmente replicar modelos, e então desenvolver ações relacionadas a essas dinâmicas.

Ainda que a especificidade de cada escola deva ser levada em conta, há um eixo comum que perpassa todos os pontos abordados na cartilha e diz respeito ao papel da escola na promoção da cultura de paz, entendida como um modo de pensar e agir que respeita a diversidade, o diálogo e a negociação como estratégias para a resolução dos conflitos, e que rejeita qualquer tipo de violência no ambiente escolar.

Considerar estratégias de fortalecimento da cultura de paz com foco na juventude é muito importante, pois muitas vezes o envolvimento dos jovens com a violência – mesmo a violência letal – está relacionado a uma cultura que legitima comportamentos, atitudes e valores, reforçando estigmas, estimulando a intolerância e a violência como a única forma de se adquirir respeito e poder. Por isso, trabalhar a cultura de paz e as ações de desnaturalização da violência no ambiente escolar é essencial para promover o questionamento desses valores e atitudes e contribuir para a convivência segura. Nesse sentido, vale destacar o papel dos educadores e de todos os atores escolares no estímulo à reflexão crítica, à adoção de comportamentos não violentos e à valorização da mediação de conflitos e do diálogo.

Outro aspecto que merece atenção é a forma pela qual os jovens muitas vezes utilizam símbolos relacionados à violência para serem validados e respeitados perante seu grupo – e isso também pode e deve ser trabalhado dentro da escola. Um exemplo claro é a valorização e mesmo o porte de armas de fogo (mesmo que proibido por lei) no ambiente escolar. As armas carregam um valor simbólico muito forte na sociedade, especialmente no imaginário dos jovens, que as associam a poder, virilidade e defesa pessoal.

Apesar de não figurar entre as principais ocorrências de violência nas escolas, a presença e o uso de armas no ambiente escolar devem ser trabalhados. Segundo

“O JURAMENTO”

Nos Estados Unidos, foi desenvolvido um programa nacional chamado Student Pledge Against Gun Violence, que mobiliza os jovens e os incentiva a desenvolver ações contra a violência armada. O programa consiste na divulgação de um “juramento” dos estudantes em que eles se comprometem a não usar armas e desestimular seus amigos a usarem. Além disso, o programa disponibiliza materiais de referência para professores, jovens lideranças e conselheiros comunitários, com sugestões de atividades para discutir o desarmamento nas escolas e nas comunidades. Desde 1996, 10 milhões de estudantes já assinaram o “juramento”.

Leia mais:
<http://www.pledge.org>

dados da Organização Mundial de Saúde, as armas de fogo são a principal causa de morte entre jovens de 15 a 24 anos. Além do mais, quando as armas de fogo estão presentes em situações de briga e desentendimentos, aumentam muito a sensação de insegurança e a chance de esses conflitos terminarem em morte violenta.

Estratégias:

- Desenvolver uma campanha de repúdio à violência e ao uso das armas por adolescentes e jovens.
- Desenvolver, junto com os alunos, materiais de comunicação sobre o tema (filmes, cartazes, folders, spots para rádio, e outros) que possam ser disseminados para outros adolescentes e jovens.
- Mobilizar grupos de jovens para discussões e/ou outras dinâmicas (teatro, dança) que podem estar focadas, por exemplo, no uso da arma e na “cultura do machão”, promovendo a reflexão e o questionamento sobre

O QUE A ESCOLA DEVE E PODE FAZER?

6

a cultura da violência. Essas ações devem atrair tanto os jovens homens como as jovens mulheres, que acabam muitas vezes contribuindo para a valorização do “masculino, forte, que usa arma”.

- Realizar um pacto coletivo com os diversos atores (escolares e externos, como a polícia, os guardas e a segurança privada), estimulando a desvalorização de comportamentos violentos e da presença de armas na escola.

11. Escola e a Rede de Proteção Social

A escola não é uma instituição isolada, desconectada do contexto social na qual está inserida. Muitos dos problemas sociais presentes nas comunidades do entorno acabam, direta ou indiretamente, refletindo no cotidiano da vida escolar. Por esse motivo, ela não deve se ausentar de sua responsabilidade na formação de seus estudantes também em aspectos da vida social. Como ela não é capaz, por si só, de dar conta dessa variedade de demandas, deve integrar a rede de proteção social local para dividir responsabilidades e compartilhar formas de resolução de problemas comuns.

Estratégias:

- Mapear possíveis instituições parceiras, como equipamentos de saúde, assistência social e educação, associações de bairro e religiosas, conselho tutelar, Ministério Público, ONGs, Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- Conhecer as atribuições legais e os trabalhos desenvolvidos por essas instituições para que a responsabilidade de cada uma seja devidamente estabelecida e não haja sobreposição de funções.
- Convidar as instituições parceiras para participar do planejamento das atividades da escola.
- Participar de reuniões e ações de fóruns locais, municipais e redes sociais.

12. Programa Saúde na Escola (PSE)

O PSE é uma política intersetorial entre a Saúde e a Educação, na qual as secretarias municipais de saúde comprometem-se a atender demandas escolares, pactuadas em cada território, para a Promoção de Saúde dos educandos, através do conhecimento, autocuidado e ajuda mútua. Entre as temáticas que devem ser conduzidas pelo PSE estão a promoção da Cultura de Paz e Direitos Humanos, de Práticas Esportivas, a prevenção de violências, de infecções sexualmente transmissíveis e do uso de drogas. O PSE tem a potência de coordenar diversas iniciativas de enfrentamento a violências nas escolas. Este Guia, elaborado pelo Grupo de Trabalho Intersetorial - Estadual do PSE é um exemplo de auxílio que o Programa pode oferecer.

VOCÊ SABIA?

Em Porto Alegre, no ano 2000, foi promulgada a Lei Municipal nº 8.541 que instituiu o Programa de Prevenção da Violência nas escolas da rede municipal de ensino. Além disso, foi criado o Fórum Municipal de Prevenção da Violência, integrado por diversos representantes: Ministério Público, Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e associações da sociedade civil. Esse fórum promoveu eventos e atividades, entre elas a formação de oficinas destinadas a gerir os conflitos a fim de capacitar profissionais da rede a desenvolver novas ações nas unidades escolares.

Leia mais:

<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/507965/lei-8541-00-porto-alegre-rs>

<http://www.educacionenvalores.org/10-pontos-para-a-prevencao-da.html>



O QUE A ESCOLA PODE FAZER PARA REDUZIR E ENFRENTAR O BULLYING?⁴⁰

Estudos apontam que o ambiente escolar pode interferir na maior ou menor prevalência da violência dos estudantes entre si. A implementação de programas escolares de redução do bullying requer sempre a fundamentação em um claro conhecimento do fenômeno no contexto escolar em que se pretende intervir. Só assim, poderão ser focalizados os problemas reais da instituição e promovidas as estratégias mais adequadas para o seu enfrentamento (Freire, Simão & Ferreira, 2006), Dentre as quais se destaca a Educação em Direitos Humanos.

Tais intervenções podem ser feitas na sala de aula, no recreio, na relação da escola com os pais, nas relações interpessoais nos mais diversos níveis, nos regulamentos e nas formas de divulgação e de aplicação dos mesmos e no desenvolvimento do clima social ou ethos da escola (Pereira, 2008).

Para se obter esse conhecimento, torna-se necessário realizar, na escola, um levantamento diagnóstico de como o processo se instala e ocorre.

INSTRUMENTOS PARA LEVANTAMENTO DIAGNÓSTICO

Existem alguns instrumentos já testados que podem ser usados para essa finalidade, dos quais o mais difundido e adotado é o elaborado por Olweus.

Consiste de questões com respostas de múltipla escolha, por intermédio das quais se pode verificar a frequência, tipos de agressões, locais de maior risco, características dos agressores e percepções individuais quanto ao número de agressores (Olweus, 1997). Esse instrumento permite investigar as situações de vitimização e de agressão a partir do ponto de vista do estudante. Ele tem sido utilizado em diversos estudos, em vários países, geralmente com adaptações que se ajustam às realidades locais. No Brasil, a pesquisa da Abrapia (2000) fez uso desse questionário.

Destacamos, assim, a importância de que os educadores, e em especial, os órgãos de gestão das escolas disponham de instrumentos que permitam realizar um diagnóstico cuidadoso da situação, capazes de fornecer a verdadeira dimensão do bullying.

Nossa proposta para se pensar um programa de intervenção nas escolas não esgota a questão, apenas esclarece alguns aspectos que parecem cruciais para o bom funcionamento do cotidiano escolar.

17 PASSOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PROGRAMA DE CULTURA DE PAZ NA ESCOLA:

1. Levantamento diagnóstico da situação de bullying na escola. Nesse levantamento, o bullying deve ser abordado em perspectiva contextual, que exige, inclusive, o conhecimento das características da população atendida pela escola;
2. Conscientização e sensibilização de toda a comunidade escolar, incluindo os pais, sobre o problema. Os dados do levantamento diagnóstico são de grande valia para isso;
3. Formação dos profissionais da escola (diretores, coordenadores, professores e funcionários). Esse conhecimento é fundamental para direcionar as ações;
4. Formação dos pais. O conhecimento dos pais sobre os danos e as características do bullying e dos papéis que seu filho pode desempenhar no bullying ajuda-os na identificação e os mobiliza para a busca de ações com vistas a soluções;
5. Formação dos alunos. Ressalta-se aqui a importância de não se cair na armadilha dos discursos moralistas e paternalistas. Além dos conhecimentos específicos sobre o bullying, como os apontados para os pais, é preciso enfatizar uma formação voltada para a promo-

O QUE A ESCOLA DEVE E PODE FAZER?

6

ção de valores que são incompatíveis com as práticas de violência;

6. Instituição de um canal claro e eficiente de fala e de escuta, que promova o relato de vítimas sobre suas experiências de bullying; melhorias e diversificação dos espaços físicos;

7. Atuação nos locais de recreio (com chuva, sem chuva) e nas atividades extraclasse (ludoteca, informática, esportes etc.), trabalhando as preferências dos alunos; promoção da melhoria da qualidade do ensino e das avaliações;

8. Promoção de atividades que exijam cooperação;

9. Atendimento aos alunos envolvidos em bullying, se necessário. Para os 'alunos-alvos', é importante planejar atividades capazes de promover: elevação da autoestima, desenvolvimento da comunicação e das habilidades sociais, assertividade e comportamentos adequados ao enfrentamento da situação. Para os autores, são importantes as atividades que promovam controle das emoções, respeito aos colegas, aceitação das diferenças e dos diferentes e análise das consequências dos atos de violência;

10. Construção compartilhada do Projeto Político Pedagógico. Garantir a participação de toda a comunidade escolar;

11. Construção compartilhada e democrática de normas, que devem reger a escola, em todos os níveis, de forma a conduzir o estabelecimento de pactos de convivência na escola;

12. Desenvolvimento de conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes para incrementar valores que se oponham à violência (lei n. 11.525/07).

13. Estratégias para enfrentar a violência nonamoro: em vários países do mundo algumas estratégias vêm sendo implementadas para intervir no fenômeno da violência no namoro. Assinalamos algumas:

- Conhecimento das questões que atravessam a problemática: um componente importante em todas as iniciativas é o incremento de conhecimento entre os adolescentes sobre os problemas relacionais do namoro, oferecendo-lhes informações que possibilitem compreender, discutir e elaborar alternativas positivas que previnam as várias formas de violência;

- Construção e fortalecimento de habilidades para lidar como problema: algumas habilidades consideradas eficazes são especialmente recomendadas para o enfrentamento dos problemas e dos conflitos relacionais: aumentar o autoconceito e a autoestima, promover atitudes assertivas, de competência social, de resolução de problemas e de tomada de decisão e de autocontrole;

- Utilização de abordagens multifatoriais que combinem diferentes estratégias e técnicas de resolução de conflitos e desenvolvimento de competências sociais e abranjam os vários atores responsáveis pela formação dos adolescentes. Por exemplo, realização de encontros com a participação de pais, docentes e, algumas vezes, da comunidade;

- Utilização de dinâmicas que utilizem técnicas de dramatização e jogos de papéis (role-play), em que os participantes desempenhem funções a partir de situações que envolvam a problemática;

- Aproveitamento de oportunidades para personalizar a informação, trazendo ao encontro dos jovens pessoas que já tenham vivenciado algum problema focalizado no debate.

14. Racismo na escola: estratégias para o enfrentamento: travar um diálogo entre educadores e estudantes sobre os reflexos do racismo na sociabilidade é tarefa desafiadora, mas necessária de ser realizada. Em vários contextos sociais prevalece a interdição do tema. Somos ensinados, por exemplo, a evitar o uso da palavra 'negro' ou 'preto', por questões de "etiqueta social". O ponto de partida para lidar com a discriminação racial é o reconhecimento de que o



problema existe e não é uma questão de classe, estando ligada à cultura e ao processo histórico da formação social brasileira.

Especificamente em relação à educação, em janeiro de 2003, foi promulgada a lei 10.639, fruto de um extenso movimento pela garantia da inclusão do ensino nacional da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Esta lei garante, em suas diretrizes, o ensino da temática, nas escolas de nível fundamental e médio, públicas e particulares. Em 2008, a lei 11.645, incluiu a obrigatoriedade da “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”; em seu 1º marco como conteúdo programático os “diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil” (Brasil, 2003; 2008).

Não temos respostas para tudo e nos perguntamos: como praticar o diálogo em situações muitas vezes violentas? Como reconhecer a violência de gênero ou mesmo uma atitude racista se muitas vezes nós mesmos as cometemos ou somos vítimas delas?

Portanto, é preciso pensar na superação dos problemas debatidos neste texto como uma construção permanente, desafiadora e transformadora! É preciso trabalhar sempre questionando práticas baseadas em preconceitos e discriminações, como a homofobia, racismo, sexismo e machismo. E, certamente, para isso será necessária a contribuição dos estudantes e da comunidade escolar, todos caminhando na mesma direção.

15. Estratégias de enfrentamento à violência auto-provocada: fenômeno do suicídio e da automutilação vem cada vez mais exigindo dos educadores reflexão e atuação, diante de crianças e adolescentes, que encontram na tentativa de suicídio ou na automutilação

uma forma de lidar com o próprio sofrimento. A escola, porém, não possui e nem deve ter todas as respostas diante de um fenômeno tão complexo e multifacetado. Sendo assim, é imprescindível que a unidade de ensino atue intersetorialmente compartilhando responsabilidade tanto no âmbito da prevenção e promoção de saúde mental de seus estudantes quanto no âmbito do acompanhamento de crianças e adolescentes em risco de suicídio e/ou praticantes da automutilação⁴¹.

16. Promoção de Cultura de Paz através das Práticas Esportivas: a condição de **menor força física do sexo feminino**, perante o sexo masculino, e a falta de prática de lutas e **técnicas de autodefesa**, diminuem a capacidade de reação de grande parte de meninas e adolescentes, ao se confrontarem com um agressor. Contudo, o treinamento em autodefesa feminina reduz enormemente esta condição de fragilidade, devendo ser incentivado como parte do currículo de educação física, ou através de parcerias com associações da sociedade civil, públicas ou privadas em trabalho voluntário.

17. Adultização e Erotização da Infância: muitas crianças são expostas ao universo de prazeres e consumo dos adultos através de propagandas, filmes, novelas, seriados, vídeos, músicas e imagens em celulares e outras telas. Isso, quando não são os próprios brinquedos e brincadeiras que trazem uma reprodução da vida adulta baseada em violências, guerras, confrontos, uso da força bruta e exaltação da virilidade masculina por um lado, por outro, objetificação do corpo e valorização excessiva da aparência das meninas. Tais exposições naturalizam atitudes violentas entre meninos, além de poderem antecipar a busca de contato sexual antes da maturação física e psicológica, para meninos e meninas, e aumentarem os riscos de sofrerem violência sexual. É importante que a escola auxilie a família a refletir sobre personagens violentos que as crianças possam estar reproduzindo, uso de brinquedos, roupas, maquiagem, unhas pintadas, vocabulários, danças e canções que possam conter símbolos ou conteúdos que não contribuam para o saudável desenvolvimento.

O QUE A ESCOLA DEVE E PODE FAZER?

6

COMO PREVENIR E LIDAR COM O SUICÍDIO

1. A prevenção e a escola

Os principais programas de prevenção ao suicídio na escola têm utilizado como estratégia as seguintes ações:

- Aumentar habilidades de enfrentamento dos adolescentes (resolução de problemas, comunicação assertiva, comportamento de pedir ajuda, etc.);
- Fornecer informação clara sobre o fenômeno do suicídio;
- Identificar casos de adolescentes em risco;
- Informar sobre serviços de cuidado em saúde mental;
- Divulgar o Disque 188 do Centro de Valorização da Vida (CVV), que realiza apoio emocional e prevenção do suicídio, atendendo gratuitamente todas as pessoas que querem e precisam conversar, sob total sigilo, por telefone, 24 horas, todos os dias.

Ações citadas podem ser articuladas e realizadas em conjunto com a Unidade Básica de Saúde de referência da escola, ou em parceria com outras políticas públicas e instituições, como, por exemplo, as organizações não governamentais.

2. A escola e o acompanhamento de estudantes em risco para suicídio e/ou que praticam automutilação⁴²

Nem sempre a automutilação está relacionada à intenção suicida, ainda assim, a identificação de ambos os casos deve atentar para os seguintes cuidados:

- Acolher e ouvir a pessoa sem necessidade de julgamentos ou conselhos, oferecendo ajuda para iniciar um acompanhamento;

Sinais de Alerta!



Acionar o responsável ou familiar de confiança do estudante, caso ele/ela queira, com cuidado especial caso seja identificada a suspeita de motivação intrafamiliar;

- Encaminhar uma notificação ao Conselho Tutelar caso a pessoa seja menor de 18 anos - em respeito à Lei Nº 13.819/2019 que instituiu a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e Suicídio e estabelece que as instituições de ensino devem notificar compulsoriamente ao Conselho Tutelar casos suspeitos ou confirmados de violência autoprovocada cometida por pessoas menores de 18 anos, quais sejam: suicídio consumado, tentativa de suicídio e o ato de automutilação;
- Encaminhar o estudante à unidade de saúde mental de referência para o endereço de residência dele – Centro de Atenção Psicossocial e/ou Unidade Básica de Saúde;
- Avaliar necessidade de outros encaminhamentos quando há suspeita de motivação intrafamiliar ou de violação de direitos, como Centro de Referência Especializada em Assistência Social, Centro de



Atendimento Especializado à Mulher, Delegacias Especializadas, etc.

- Além do encaminhamento adequado, é essencial que a escola mantenha o acompanhamento em conjunto do caso com seus parceiros: a família e os profissionais de referência.
- Em caso de perigo imediato de comportamento suicida ou o estudante tenha praticado automutilação na escola, deve-se acionar o SAMU 192 e/ou orientar o responsável a levar a pessoa para um atendimento de emergência em UPA, pronto socorro e hospitais. O adolescente não poderá ficar sozinho e deve-se garantir que ele receba o atendimento em saúde em caráter de emergência.

VOCÊ SABIA?

Que o Ministério da Saúde tem vídeos, áudios e materiais que auxiliam os profissionais a compreenderem e lidarem com o ideário suicida?

Acesse

<http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/suicidio>

3. Intervenção após um suicídio⁴³

Ainda que a escola seja sensível ao tema e faça ações de prevenção, é possível que um membro da comunidade escolar cometa suicídio.

É importante cuidado na comunicação do suicídio:

- Não divulgar os métodos utilizados (muito menos fotos ou vídeos);
- Evitar apontar culpados e causas;
- Prestar informação sobre serviços de atendimento psicológico e apoio, onde familiares e amigos possam buscar ajuda.

Todos os atores da escola são (em maior ou menor escala) impactados com a perda de um colega e são considerados 'sobreviventes' - que precisam ser acolhidos e escutados sobre seu sofrimento. Para isso, a instituição de ensino poderá articular com a unidade de saúde básica de referência ou de saúde mental ações de acolhimento e escuta de seus membros. Além disso, algumas pessoas podem precisar de encaminhamentos individuais para atendimento, que podem ser realizados pela instituição parceira.



**O QUE A ESCOLA DEVE
E PODE FAZER?**

6





7



COMO O SETOR SAÚDE PODE APOIAR A ESCOLA?





“O que produz a mudança social é um sentimento de algo insuportável, ou seja, uma forte indignação sobre uma questão local.”

Manuel Castells

COMO PROFISSIONAIS E GESTORES DA SAÚDE PODEM CONSTRUIR ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS? ⁴⁴

O enfrentamento das diversas manifestações da **violência** precisa contar com a participação de vários setores que compõem o Sistema de Garantia de Direitos (SGD), em especial das políticas sociais básicas. Por isso, as estratégias e ações devem ser baseadas em evidências adaptadas a diferentes contextos, a partir do diagnóstico local e do planejamento das ações, que devem considerar também a avaliação como um dos pressupostos importantes para compartilhar as lições aprendidas no processo de implementação da Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças e Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violências.

O modelo ecológico proposto pela Organização Mundial de Saúde (OMS) possui quatro níveis, apresentados no capítulo 3, que ajudam a compreender a violência e a maneira pela qual os fatores interagem e a forma como influenciam no comportamento individual (aumentando a chance de cometer ou de sofrer violências). Cada nível apresenta distintos fatores de risco e protetores que facilitam a identificação de estratégias para a ação.

Ademais, investir em ações que alcancem mais de um nível de atuação possibilita não apenas identificar vulnerabilidades **individuais, relacionais, comunitárias e sociais**, mas, principalmente, potencializar fatores protetores próprios, os recursos existentes e alguns

caminhos possíveis para o rompimento do ciclo da violência em cada nível.

Estudos mostram que estratégias que incorporam mais níveis têm melhores condições de reduzir o problema da violência. Por exemplo, atividades em grupo que reúnam mães com dificuldades em impor limites educativos e que utilizam meios agressivos nas relações com os filhos dão mais resultado se conjugadas a apoio social oferecido por creches e a outras formas de ajuda escolar. Neste sentido, o Programa Saúde na Escola é importante parceiro de ativação de iniciativas nos diversos níveis.

Criação de Espaços de Encontro, Comunicação e Participação

As situações de violências são o inverso da **participação**, uma vez que ocorrem em condições em que suas vítimas não são vistas nem tratadas como sujeitos de direitos, ocupando um lugar de invisibilidade social (MINAYO, 2009).

Compartilhar experiências é fundamental para a criação de recursos de enfrentamento das situações de violências. Essa estratégia propicia às pessoas encontrar caminhos para sair da condição de vítima ou de perpetrador de violência, na medida em que podem expressar suas dificuldades relacionais e pessoais, buscando apoio e aprendendo com os demais.

O compartilhamento de experiências potencializa a mobilização de recursos institucionais e a articulação de redes de enfrentamento à violência.

O setor saúde é um importante aliado da escola na criação de espaços de escuta e apoio profissional, seja através das Coordenações de Atenção Primária, das Coordenações do PSE, do Programa Academia da Saúde, entre outros.





Nos serviços onde os profissionais criam espaços de encontro e de comunicação e compartilham as dificuldades e soluções para problemas do cotidiano, as equipes se fortalecem para fazer frente aos desafios surgidos na prática de cuidados com crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências. Profissionais que exercitam a participação em seu serviço conseguem também, com maior facilidade e segurança, envolver outros profissionais, usuários e pessoas da comunidade.

A promoção de espaços participativos que envolvam conjuntamente profissionais, crianças, adolescentes e suas famílias pode facilitar o estabelecimento de vínculos de confiança com os profissionais e com os serviços. Dessa forma, esse público tem melhores condições para revelar as circunstâncias das situações de violências vividas, que dificilmente seriam relatadas ou identificadas pelo serviço.

Em qualquer circunstância, crianças e adolescentes precisam ser reconhecidos como sujeitos participativos e protagonistas, isto é, como pessoas importantes para a modificação do seu contexto de vida. Essa ideia-chave que fundamenta o ECA reforça a responsabilidade dos adultos – pais, profissionais e também gestores das políticas públicas – no sentido de estimular e acolher sua participação de forma efetiva. E isso deve ser estimulado na família, na escola, nos projetos sociais, nos serviços de saúde e da rede de proteção social. Nesse sentido, é importante que os adultos, familiares e profissionais atuem como facilitadores do processo, encorajando-os e apoiando-os nesses espaços. O **protagonismo** de crianças e adolescentes é um tema importante a ser incluído na capacitação dos profissionais.

Dez passos para o planejamento das ações e estratégias para a implementação da Linha de Cuidado em parceria com a Educação:

1. Identificar o público específico para o qual as ações se destinam.
2. Definir os objetivos da ação e/ou intervenção.
3. Identificar os serviços/dispositivos para a realização da ação/intervenção.
4. Estabelecer fluxos, protocolos/linhas de cuidado que melhor respondam às necessidades do público.
5. Identificar/selecionar os profissionais de saúde, educação e demais políticas que devem ser envolvidos em cada etapa da atividade.
6. Definir o tempo/prazo para que cada ação seja cumprida.
7. Estabelecer cronograma com a periodicidade de atividades/atendimentos/encontros com os participantes da estratégia e da rede de atenção.
8. Identificar os meios de divulgação das ações que atingem um público amplo.
9. Definir/adotar instrumento de monitoramento do processo.
10. Construir indicadores de monitoramento e avaliação.

COMO O SETOR SAÚDE PODE APOIAR A ESCOLA?

7

CONHEÇA A LINHA DE CUIDADO INTEGRAL À SAÚDE DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIAS E DEMANDE O SEU BOM FUNCIONAMENTO⁴⁵:

A Linha de Cuidado Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violências é o documento que orienta os profissionais de saúde para uma atuação contínua e permanente, referenciada nas políticas nacionais de enfrentamento a violências.

ACOLHIMENTO	ATENDIMENTO	NOTIFICAÇÃO	SEGMENTO NA REDE		
<ul style="list-style-type: none"> Receber crianças, adolescentes e famílias de forma empática e respeitosa, por qualquer membro da equipe. Acompanhar o caso e proceder os encaminhamentos necessários, desde a sua entrada no setor saúde até o segmento para a rede de cuidados e de proteção social. Adotar atitudes positivas e de proteção à criança ou ao adolescente. Atuar de forma conjunta com toda a equipe. 	<p>Realizar consulta clínica: anamnese, exame físico e planejamento da conduta para cada caso.</p> <table border="1"> <tr> <td> <p>Violência física, sexual ou negligência/abandono</p> <ul style="list-style-type: none"> Tratamento e profilaxia. Avaliação psicológica. Acompanhamento terapêutico, de acordo com cada caso. Acompanhamento pela Atenção Primária/Equipes Saúde da Família. Caps ou Capsi ou pela rede de proteção Cras, Creas/escolas, CTA ou outros complementares. </td> <td> <p>Violência psicológica</p> <ul style="list-style-type: none"> Avaliação psicológica. Acompanhamento terapêutico, de acordo com cada caso. Acompanhamento pela Atenção Primária/Equipes Saúde da Família. Caps, ou rede de proteção Cras, Creas/Escolas etc. </td> </tr> </table>	<p>Violência física, sexual ou negligência/abandono</p> <ul style="list-style-type: none"> Tratamento e profilaxia. Avaliação psicológica. Acompanhamento terapêutico, de acordo com cada caso. Acompanhamento pela Atenção Primária/Equipes Saúde da Família. Caps ou Capsi ou pela rede de proteção Cras, Creas/escolas, CTA ou outros complementares. 	<p>Violência psicológica</p> <ul style="list-style-type: none"> Avaliação psicológica. Acompanhamento terapêutico, de acordo com cada caso. Acompanhamento pela Atenção Primária/Equipes Saúde da Família. Caps, ou rede de proteção Cras, Creas/Escolas etc. 	<ul style="list-style-type: none"> Preencher a ficha de notificação. Encaminhar a ficha ao Sistema de Vigilância de Violência e Acidentes (Viva), da Secretaria Municipal de Saúde (SMS). Comunicar o caso ao Conselho Tutelar, da forma mais ágil possível (telefone ou pessoalmente ou com uma via da ficha de notificação). Anexar cópia da ficha ao prontuário/boletim do paciente. Acionar o Ministério Público quando necessário, especialmente no caso de interrupção de gravidez em decorrência de violência sexual. 	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar a criança ou adolescente e sua família até a alta, com planejamento individualizado para cada caso. Acionar a rede de cuidado e de proteção social, existente no território, de acordo com a necessidade de cuidados e de proteção, tanto na própria rede de saúde (Atenção Primária/Equipes de saúde da Família, Hospitais, Unidades de Urgência, Caps ou Capsi, CTA, SAE), quanto na rede de proteção social e defesa (Cras, Creas, Escolas, Ministério Público, Conselho Tutelar e as Varas de Infância e da Juventude, entre outros).
<p>Violência física, sexual ou negligência/abandono</p> <ul style="list-style-type: none"> Tratamento e profilaxia. Avaliação psicológica. Acompanhamento terapêutico, de acordo com cada caso. Acompanhamento pela Atenção Primária/Equipes Saúde da Família. Caps ou Capsi ou pela rede de proteção Cras, Creas/escolas, CTA ou outros complementares. 	<p>Violência psicológica</p> <ul style="list-style-type: none"> Avaliação psicológica. Acompanhamento terapêutico, de acordo com cada caso. Acompanhamento pela Atenção Primária/Equipes Saúde da Família. Caps, ou rede de proteção Cras, Creas/Escolas etc. 				



QUAIS SÃO OS SINAIS DE ALERTA DA VIOLÊNCIA?⁴⁶

SINAIS DA VIOLÊNCIA

CHOROS SEM MOTIVO APARENTE

IRRITABILIDADE FREQUENTE, SEM CAUSA APARENTE

OLHAR INDIFERENTE E APATIA

TRISTEZA CONSTANTE

DEMONSTRAÇÕES DE DESCONFORTO NO COLO

REAÇÕES NEGATIVAS EXAGERADAS A ESTÍMULOS COMUNS OU IMPOSIÇÃO DE LIMITES

ATRASO NO DESENVOLVIMENTO; PERDAS OU REGRESSÃO DE ETAPAS ATINGIDAS

**DIFICULDADES NA AMAMENTAÇÃO, PODENDO CHEGAR A RECUSA ALIMENTAR;
VÔMITOS PERSISTENTES**

DISTÚRBIOS DE ALIMENTAÇÃO

ENURESE E ENCOPRESE

ATRASO E DIFICULDADES NO DESENVOLVIMENTO DA FALA

DISTÚRBIOS DO SONO

DIFICULDADES DE SOCIALIZAÇÃO E TENDÊNCIA AO ISOLAMENTO

**AUMENTO DAS INCIDÊNCIAS DAS DOENÇAS, INJUSTIFICÁVEL POR CAUSAS ORGÂNICAS,
ESPECIALMENTE AS DE FUNDO ALÉRGICO**

AFEÇÕES DE PELE FREQUENTES, SEM CAUSA APARENTE

DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM ATÉ O FRACASSO NA ESCOLA

COMPORTAMENTOS EXTERNOS DE AGRESSIVIDADE OU DESTRUTIVIDADE

ANSIEDADE OU MEDO LIGADO A DETERMINADAS PESSOAS, SEXO, OBJETOS OU SITUAÇÕES

PESADELOS FREQUENTES, TERROR NOTURNO

TIQUES OU MANIAS

COMPORTAMENTOS OBSESSIVOS OU ATITUDES COMPULSIVAS

BAIXAS AUTOESTIMA E AUTOCONFIANÇA

AUTOMUTILAÇÕES, ESCARIFICAÇÕES, DESEJO DE MORTE E TENTATIVA DE SUICÍDIO

PROBLEMAS OU DÉFICIT DE ATENÇÃO

SINTOMAS DE HIPERATIVIDADE

COMPORTAMENTO DE RISCO, LEVANDO A TRAUMAS FREQUENTES OU ACIDENTES

USO ABUSIVO DE DROGAS



EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO DE SAÚDE POR MEIO DE PRÁTICAS ESPORTIVAS

As práticas esportivas são importante fator de promoção de saúde e prevenção de violências. Contudo, a violência urbana, que leva pessoas a evitarem alguns espaços públicos de práticas corporais, faz com que essas busquem opções de lazer menos ativas, como o uso de celulares, tevês, encontros em shopping centers, beber em bares, entre outras (Caderno Temático, 2015).

No âmbito escolar, há estratégias que podem ajudar a construir uma adesão às práticas corporais pelos educandos, tais como:

- Incentivar o suporte social, engajando pais ou pessoas de referência na elaboração e vivências de práticas corporais;
- Valorizar o esporte na escola, organizando competições internas e externas, como jogos interclasses e escolares, respectivamente;
- Potencializar atividades esportivas e de lazer em datas comemorativas, como dia do professor, dia da criança, dia mundial da atividade física, dia mundial da saúde, dia do desafio, entre outros;
- Articular a prática de atividade física com os demais fatores de proteção da saúde, como alimentação saudável, retardar o não uso de bebidas alcoólicas e tabaco; prevenção das violências, entre outros;
- Promover atividades, como gincanas e festivais de jogos, que envolvam, além dos educandos, os profissionais de educação e saúde, família e outras pessoas de referência do educando, e nas quais seja possível debater sobre todos os assuntos li-

gados à temática da prática de atividade física e promoção da saúde, como direito ao lazer e acesso aos espaços públicos com este fim, segurança pública, meio ambiente, uso do tempo livre, estrutura da escola;

- Propor o desenvolvimento, em conjunto com a comunidade, de atividades esportivas e de lazer no turno escolar, buscando trabalhar aspectos relativos à intergeracionalidade e socialização, com ênfase na troca de experiência, no desenvolvimento do sentimento de pertencimento dos indivíduos à escola e na construção de novos conhecimentos;
- Promover a articulação da escola com programas governamentais existentes, referenciando os educandos para a prática das atividades esportivas oferecidas e retomando a importância desta participação no cotidiano escolar. Um bom exemplo é identificar programas ou projetos em curso - Programas Segundo Tempo e Esporte e Lazer da Cidade (Ministério do Esporte); Programa Academia da Saúde (Ministério da Saúde), Programas Mais Educação e Relação Escola-Comunidade (Ministério da Educação), para vislumbrar possíveis articulações.
- Promover recreios ativos, disponibilizando materiais esportivos e brinquedos para serem utilizados em atividades escolhidas pelos educandos;
- Promover debates sobre as práticas corporais na escola e o acesso das pessoas com deficiência;
- Fortalecer o papel social da escola em pautar problemas coletivos junto aos gestores da educação e de setores afins ao tema da promoção da saúde, como secretarias de ação social, de infraestrutura, de esporte, de cultura, de meio ambiente, entre outras.



COMO O SETOR SAÚDE
PODE APOIAR A ESCOLA?

7





8



**ONDE, QUEM E COMO
PODE AJUDAR? A REDE DE
PROTEÇÃO INTERSETORIAL**



“Quando o mundo inteiro está em silêncio, até mesmo uma voz se torna poderosa.”

Malala Yousafzi

CONHEÇA O QUE PODEMOS FAZER - JUNTOS - POR MEIO DO ACIONAMENTO DA REDE INTERSETORIAL DE PROTEÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS A CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS:*

Previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente e no documento orientador do Ministério da Saúde “Linha de Cuidado e Atenção Integral a Crianças, Adolescentes e Famílias em Situação de Violências”⁴⁷, a Rede Intersectorial de Proteção e Garantia de Direitos das Crianças, Adolescentes e Jovens é composta por órgãos com diferentes e complementares responsabilidades. Cada município e território, no entanto, tem profissionais e sociedade construindo respostas mais ou menos resolutivas. Conheça a rede e fortaleça-a na sua comunidade com diálogos e aperfeiçoamentos:



* Versão ampliada no final do Guia



SAÚDE

Os profissionais de saúde da Atenção Primária, que atuam no mesmo território em que está inserida a escola, podem criar capacitações conjuntas com os profissionais da educação, também por meio do Programa Saúde na Escola (PSE), para o conhecimento e fortalecimento da linha de cuidado e acionamento da rede de proteção às crianças e adolescentes. Ademais, devem auxiliar na detecção dos casos de violência, realizar o acolhimento, atendimento (diagnóstico, tratamento e cuidados), oferecer atendimento psicológico quando necessário, notificar os casos e encaminhar para rede de cuidados e de proteção social. Atividades de promoção da saúde que geram consciência e autocuidado, promoção de saúde mental, habilidades socioemocionais, prevenção de violências e fortalecimento da cultura de paz encontram um campo fértil na parceria dos profissionais de saúde, destacando-se o PSE, com outros setores e escolas.

EDUCAÇÃO

É importante que a escola se perceba enquanto parte da rede de proteção social. Para tanto, é importante que estabeleça parcerias com os demais equipamentos públicos que compõem os territórios. Esses vínculos podem fortalecer ações preventivas e de conscientização, bem como no atendimento, acompanhamento e encaminhamentos dos casos. Além disso, é importante que a escola seja reconhecida como um espaço de atração dos alunos, com o desenvolvimento de atividades conectadas com o protagonismo dos jovens e também com profissionais capacitados para mediar conflitos. O gestor escolar pode desenvolver parcerias com outros órgãos desta rede para oferecer capacitação aos educadores na mediação de conflitos, na detecção de comportamentos de riscos, de sinais de violências e na ativação de fatores e rede de proteção. Ademais, o planejamento pedagógico é ferramenta fundamental, e deve oferecer espaços de diálogos com estudantes e familiares, com palestras, educação entre pares jovens ou atendimentos especializados a famílias em possível parceria com o Programa Saúde na Escola (PSE).

ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Sistema Único da Assistência Social (SUAS) oferece ações e serviços voltados para o fortalecimento da família. Entre eles, dois são fundamentais para o cuidado e a proteção social de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências:

1) Centros de Referência de Assistência Social (CRAS): localizado em áreas mais pobres, com maiores índices de vulnerabilidade e risco social. Destina-se à prestação de serviços e programas socioassistenciais como Programa de Atenção Integral às Famílias (Paif), ou o Benefício de Prestação Continuada (BPC) na Escola, para o acesso de crianças e adolescentes deficientes à escola, entre outras ações.

2) Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS): onde se oferecem serviços especializados a famílias, crianças e adolescentes nas diversas situações de violação de direitos. Como unidade de referência, deve promover a integração de esforços, recursos e meios para enfrentar a dispersão dos serviços e potencializar ações para os(as) usuários(as). É destinado a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, violência doméstica, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

DIREITOS HUMANOS

A Política Nacional de promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes está vinculada às secretarias municipais, estaduais e nacional de direitos humanos, responsáveis: pelo fortalecimento do sistema e conselhos de garantia de direitos de crianças e adolescentes; pela política nacional de convivência familiar e comunitária; pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase, que interna adolescentes infratores; pelo Programa de Proteção de Adolescentes Ameaçados de Morte; por ações de prevenção e de enfrentamento do abuso e da exploração sexual; o enfrentamento da violência letal contra

ONDE, QUEM E COMO PODE AJUDAR? A REDE DE PROTEÇÃO INTERSETORIAL

8

adolescentes; a Educação sem violência, para o cumprimento da Lei 13.010, de 26 de junho de 2014, que reconhece o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante; e o Disque 100 (veja na próxima página).

CONSELHO TUTELAR

“É órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente” (art. 131 do ECA)⁴⁸ e tem como atribuições, entre outras, demandar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.

MINISTÉRIO PÚBLICO

As Atribuições do Ministério Público relacionadas à garantia de direitos das crianças e adolescentes são:

- 1) Proteção dos direitos das crianças e adolescentes;
- 2) Exigência dos poderes e serviços públicos do bom cumprimento dos serviços de relevância pública para a garantia dos direitos elencados na Constituição e no ECA, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;
- 3) Proteção do Patrimônio Público e direitos coletivos que ofereçam garantias dos direitos;
- 4) Controle externo da atividade policial. A Ouvidoria do Ministério Público deve ser acionada toda vez que algum dos órgãos ou responsáveis pela rede de garantia de direitos prestar serviços inadequados ou insuficientes para a proteção de crianças e adolescentes. As Coordenações relacionadas à Criança e Adolescentes, à Escola, à Saúde e à Assistência Social podem ser contactadas pelos gestores públicos para a indução de boas políticas, práticas e atuação colaborativa, aperfeiçoando ações por meio da grande potência de uma parceria com o Ministério Público.

DEFENSORIA PÚBLICA

Tem a função de oferecer, de forma gratuita e integral, a assistência e orientação jurídica aos cidadãos que não possuem condições de pagar as despesas de um advogado ou de documentos pessoais. Quando um adolescente é apreendido cometendo um ato infracional e se sua família não tiver condições de pagar um advogado, um defensor público deverá defender os seus direitos em todo o decorrer do processo legal. Caso uma adolescente tenha negado o seu direito a um abortamento legal, seja por um médico ou pelo seu responsável legal, ela poderá buscar a Defensoria para garantir este direito. Para mediar conflitos nas escolas, as Coordenadorias de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente podem desenvolver formação em justiça restaurativa e mediação de conflitos para gestores e profissionais da educação, saúde, entre outros dessa rede.

JUDICIÁRIO

O Art. 148 do ECA define as competências da Justiça da Infância e da Juventude, que são conhecer e apurar: ato infracional atribuído a adolescente, aplicando as medidas cabíveis; adoções; pedidos de guarda e tutela; casos encaminhados pelo Conselho Tutelar; e aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente; entre outras ações. Podem, ainda, oferecer capacitação em Justiça Restaurativa, com círculos de construção de Paz nas Escolas e conduzidos pelo Tribunal de Justiça.

SEGURANÇA PÚBLICA

Deve oferecer Delegacias Especializadas de Proteção à Criança e ao Adolescente; à Mulher; assim como profissionais capacitados na garantia dos direitos das crianças e adolescentes, e com capacidade técnica especializada em prevenção e resolução de crimes contra crianças e adolescentes, como a exploração sexual infantil, o tráfico humano, a tortura, a pedofilia e os crimes pela internet.



Podem ser incluídos na rede:

PROTAGONISMO JUVENIL

Associações, grupos ou redes de crianças adolescentes e jovens que atuem na defesa e garantia de seus direitos e de políticas sociais, agremiações estudantis, entre outras.

PRÁTICAS ESPORTIVAS

As secretarias municipais e estadual de esportes podem: ser acionadas para criarem ou reestruturarem espaços públicos para a práticas de esportes; para oferecerem acesso a eventos esportivos profissionais; para organizarem campeonatos esportivos e práticas esportivas para crianças; para fazerem amplas campanhas de enfrentamento a violências (tais como racismo e violência de gênero, promoção de saúde) em grandes torneios e eventos esportivos; incentivar campanhas de cultura de paz em times esportivos; entre outras ações de acesso aos esportes, prevenção de violências e promoção de saúde.

CULTURA E LAZER

Políticas de acesso à cultura, produção cultural, bibliotecas e espaços públicos de lazer são fundamentais para a criação e valorização de identidades, além de oferecerem diversão, reflexão e atuação social.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O acesso ao trabalho e geração de renda precisam caminhar ao lado das políticas de proteção às famílias e de desenvolvimento das capacidades produtivas dos adolescentes e jovens.

UNIVERSIDADES

São um dos mais vigorosos parceiros dos gestores públicos, pois podem oferecer: núcleos de pesquisa especializados que dialoguem na construção de diagnósticos de políticas, populações específicas e questões sociais relevantes; cursos de extensão, especialização e pós-graduação em temáticas de enfrentamento a violências e promoção de cultura de paz.

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

que atuem na Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes.

REDES E ORGANISMOS INTERNACIONAIS

como UNICEF e UNESCO.

PRECISA DE AJUDA URGENTE?

Ligue 100:

“O **Disque 100** funciona diariamente, **24 horas por dia**, incluindo sábados, domingos e feriados. As ligações podem ser feitas de todo o Brasil por meio de **discagem gratuita**, de qualquer terminal telefônico fixo ou celular, bastando discar 100. O serviço pode ser considerado como “pronto socorro” dos direitos humanos pois atende também graves situações de violações que acabaram de ocorrer ou que ainda estão em curso, acionando os órgãos competentes, possibilitando o flagrante. O Disque 100 recebe, analisa e encaminha denúncias de violações de direitos humanos relacionadas aos seguintes grupos e/ou temas: Crianças e adolescentes; Pessoas com deficiência; em restrição de liberdade; População LGBT; em situação de rua; discriminação étnica ou racial; tráfico de pessoas; trabalho escravo; moradia e conflitos urbanos; violência contra ciganos, quilombolas, indígenas e outras comunidades tradicionais; violência policial e de forças de segurança pública. **O Disque 100 recebe denúncias anônimas.**”

Ligue 188 para conversar e receber apoio emocional:

“O **CVV – Centro de Valorização da Vida** realiza apoio emocional e prevenção do suicídio, atendendo voluntária e gratuitamente todas as pessoas que querem e precisam conversar, sob total sigilo por telefone, e-mail e chat 24 horas todos os dias.”



**ONDE, QUEM E COMO
PODE AJUDAR?
A REDE DE PROTEÇÃO
INTERSETORIAL**

8





SAIBA MAIS

Conselho da Escola: Instituição formada por pais, representantes de alunos, professores, funcionários, membros da comunidade e diretores de escola. Apresentam funções deliberativas, consultivas e mobilizadoras, fundamentais para a gestão democrática das escolas públicas. Principais atribuições:

- Zelar pela manutenção da escola e monitorar as ações dos dirigentes escolares a fim de assegurar a qualidade do ensino;
- Estabelecer regras transparentes e democráticas de eleição dos membros do conselho e das normas e regulamentos internos.

Programa Nacional de Fortalecimento de Conselhos de Escola:

<http://portal.mec.gov.br>

Projeto Político Pedagógico: É uma ação intencional e um compromisso definido coletivamente, que se relaciona a duas dimensões. A primeira é política, porque articula o compromisso sociopolítico aos interesses da comunidade. A segunda define as ações educativas. Nesse sentido, considera-se o PPP um processo permanente de reflexão e discussão de problemas escolares, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade, propiciando a vivência democrática necessária para a participação de todos os membros da comunidade escolar e o exercício da cidadania.

Programa Saúde na Escola (PSE): é uma política intersetorial da Saúde e da Educação, instituída em 2007. As políticas de saúde e educação voltadas às crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação pública brasileira se unem para promover saúde e educação integral na rede pública de ensino básico, em escolas conveniadas ou não ao Programa, nos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Programa Jovem Aprendiz: a Lei de Aprendizagem determina que as empresas de médio e grande porte destinem de 5% a 15% de suas vagas a jovens de 14 a 24 anos, na condição de aprendizes.

Para aprofundar a reflexão sobre os temas abordados na cartilha, vale ler:

- Adolescentes e jovens para a educação entre pares <https://unesdoc.unesco.org>
- Cotidiano das escolas: entre violências. Miriam Abramovay (coordenação). UNESCO, Ministério da Educação, 2006
- Manual de Proteção Escolar e Promoção da Cidadania. Secretaria Estadual de Educação. Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2009
- Normas Gerais de Conduta Escolar. Secretaria Estadual de Educação. Fundação Para o Desenvolvimento da Educação, 2009

- Prevenção da Violência e Educação para a Paz – guia para reflexão e ação. João Monelvado. Plano Municipal de Educação, 2002-2004. São Paulo, 2004

- Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas. Miriam Abramovay

(coordenação). RITLA, Secretaria de Estado da Educação (GDF), 2009

- A Violência na Escola: conflitualidade social e ações civilizatórias. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.27, 2001

- Violência nas Escolas e Políticas Públicas. Eric Debarbieux e Catherine Blaya (organizadores). UNESCO, 2002

- Publicações com acesso livre sobre experiências e estratégias bem-sucedidas em escolas públicas: www.crianca.mppr.br

- Escola e Comunidade Contra a Violência Escolar: diagnóstico e plano de intervenção. Maria da Silva Nadurce. Tese de Mestrado UNB, 2004

- Escolas Inovadoras: Experiências bem-sucedidas em escolas públicas. Miriam Abramovay (coordenação) UNESCO, Ministério da Educação, 2004

- Estratégias Educativas para a Prevenção da Violência. Rosario Ortega e Rosario del Rey, UNESCO, 2002

Sobre juventude, violência e estratégias de prevenção:

- IVJ-Violência e Exposição da juventude à violência. Prevenção da Violência entre Adolescentes e Jovens no Brasil: Estratégias de Atuação – Eixo 1. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2009

Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br>

- Mapa da Violência 2010 - Anatomia dos homicídios no Brasil. Julio Jacobo Waiselfisz, Instituto Sangari, 2010

Disponível em <http://www.institutosangari.org.br/mapadaviolencia/MapaViolencia2010.pdf>

- Sistematização de Projetos de Prevenção da Violência entre Jovens. Relatório de Pesquisa. Projeto Prevenção da Violência entre Adolescentes e Jovens no Brasil: Estratégias de Atuação - Eixo 2. ILANUD, 2010

Disponível em: <http://www.ilanud.org.br>

http://bibliotecacrescersemviolencia.org/biblioteca_digital.html





REFERÊNCIAS

1. Este capítulo reproduz trechos, com adaptações, da “Carta dos Gestores e Profissionais Parceiros do Programa Saúde na Escola aos Gestores e Profissionais de Educação e Saúde pela Paz nas Escolas”, de março de 2019, disponível em
2. Dados retirados do Tabnet DataSUS de Mortalidade por Causa CID-BR-10, em 16/03/2019 pelo link <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/obt10uf.def>.
3. O Ministério da Saúde criou a Agenda Estratégica de Prevenção do Suicídio, que pode ser vista pelo link <http://portal.arquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/21/Coletiva-suicidio-21-09.pdf>
4. Em 2016, segundo o Atlas da Violência 2018, os homicídios respondem por 56,5% da causa de óbito de homens entre 15 e 19 anos. <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>
5. Segundo a pesquisa mundial da Unicef, chamada “A FAMILIAR FACE: Violence in the lives of children and adolescents”, disponível no link: https://www.unicef.org/publications/files/Violence_in_the_lives_of_children_and_adolescents.pdf
<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/impacto-violencia-saude-criancas-adolescentes.pdf>
6. Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde. http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_atencao_saude_adolescentes_jovens_promocao_saude.pdf
7. Atlas da Violência 2018.
8. A FAMILIAR FACE: Violence in the lives of children and adolescents, disponível no link: https://www.unicef.org/publications/files/Violence_in_the_lives_of_children_and_adolescents.pdf
9. Por mais que o aborto por razão de estupro seja legalizado, previsto no Código Penal Brasileiro no seu artigo 128, do Decreto - Lei nº 2848 de 07/12/1940, a não-garantia deste direito por profissionais de saúde, que se negam a praticá-lo por objeção de consciência, leva que muitas meninas e mulheres busquem a interrupção da gravidez por métodos e meios pouco seguros, que podem causar graves sequelas a sua saúde ou leva-las ao óbito.
10. Nesta pesquisa, que ocorre há mais de 30 anos nos EUA, estupro foi definido como uma relação sexual forçada de penetração vaginal, anal ou oral, sem o consentimento da vítima, em que ocorreu o uso ou ameaça de força. Extent, Nature, and Consequences of Rape Victimization: Findings From the National Violence Against Women Survey. Patricia Tjaden and Nancy Thoennes. Washington, DC, USA, 2016. Disponível no link: <https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/nij/210346.pdf>
11. PENSE/IBGE, 2015. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf>
12. INSPIRE. Sete estratégias para pôr fim à violência contra crianças. Washington, D.C. : OPAS, 2017. <http://iris.paho.org/xmlui/bitstream/handle/123456789/33852/9789275719411-por.pdf?sequence=1&isAllowed=y&ua=1>
13. Emenda Constitucional 65/2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc65.htm
14. State gun laws, gun ownership, and mass shootings in the US: cross sectional time series. Paul M Reeping, Magdalena Cerdá,, Bindu Kalesan,, Douglas J Wiebe, Sandro Galea, dean5, Charles C Branas. 2019. <https://www.bmj.com/content/364/bmj.l542>
15. Atlas da Violência, 2018.
16. Este capítulo é composto de trechos, com adaptações, extraídos da Linha de Cuidado Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e Familiares em Situação de Violência. Ministério da Saúde, 2014.
17. KRUG, E. G. et al. (Ed.). Relatório mundial sobre violência e saúde. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002 Pág. 5. Disponível no link: <https://www.opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude.pdf>.
18. KRUG, E. G. et al. 2002.
19. MINAYO, M. C. Conceitos, teorias e tipologias de violências: a violência faz mal a saúde. In: NJAINE, K. ; ASSIS, S. G. ; CONSTANTINO, P. (Org.). Impactos da violência na saúde. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009. p. 21-42.
20. Subcapítulo extraído da publicação Linha de Cuidado Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e Familiares em Situação de Violência. Ministério da Saúde, 2014. P. 30-34.
21. Trecho extraído de Assis & Marriel. Reflexões sobre Violência e suas Manifestações na Escola. In Impactos a Violência na Escola, 2016. Págs. 59-60.
22. Este capítulo é uma reprodução editada do capítulo “Violência na Escola, da Escola e Contra a Escola”, de Marilena Ristum, do livro “Impactos da Violência na Escola”. Orgs. ASSIS, SG. CONSTANTINO, P. AVANCI, JQ. Rio de Janeiro: Ministério da Educação/Editora Fiocruz. 2016, com inclusões e adaptações.
23. GATTI, B. A. Os professores e suas identidades: o desvelamento da heterogeneidade. Cadernos de Pesquisa, 98: 85-90, 1996.



REFERÊNCIAS

1. JUNQUEIRA, C. & MULS, L. O processo de pauperização docente. *Contemporaneidade e Educação*, II(2): 130-142, 1997.
2. LELIS, I. A. O magistério como campo de contradições. *Contemporaneidade e Educação*, II (2): 143-155, 1997.
3. BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
4. Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violências: Orientação para Gestores e Profissionais de Saúde. <http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Linha-de-cuidado-para-a-atencao-integral-a-saude-de-criancas-adolescentes-e-suas-familias-em-situacao-de-violencias.pdf>
5. PENSE/IBGE, 2015.
6. Fonte: Ristum (2008).
7. Ristum, 2016.
8. Subcapítulo extraído de trechos de Ristum, 2016.
9. AQUINO, J. G. A violência escolar e a crise da autoridade docente. *Cadernos Cedes*, 19(47): 7-19, 1998.
10. BELAND, K. R. A Schoolwide approach to violence prevention. In: HAMPTON, R. L.; JENKINS, P. & GULLOTTA, T. P. (Eds.). *Preventing Violence in America*. Thousand Oaks: Sage, 1996.
11. Este capítulo é uma reprodução editada de trechos do capítulo "Por uma Cultura de Educação em Direitos Humanos", de Sabrina Moehlecke no livro *Impactos da Violência na Escola*. Orgs. ASSIS, SG. CONSTANTINO, P. AVANCI, JQ. Rio de Janeiro: Ministério da Educação/ Editora Fiocruz. 2016; com adaptações e inclusões.
12. BRASIL. Presidência da República. PNEDH: Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: SEDH, MEC, MJ, 2008.
13. BENEVIDES, M. V. Educação em direitos humanos: de que se trata? *Convenit Internacional (USP)*, 6: 43-50, 2001.
14. CANDAU, V. M. F. (Org.). *Oficinas Pedagógicas de Direitos Humanos*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
15. Este subcapítulo é composto de trechos da publicação *Escolas Seguras: novas abordagens de prevenção de violência entre jovens*. Gomes, 2010.
16. Este subcapítulo é uma reprodução editada de trechos do capítulo de "Bullying Escolar" de Marilena Ristum, no livro *Impactos da violência na escola: um diálogo com professores*. Orgs. ASSIS, SG. CONSTANTINO, P. AVANCI, JQ. Rio de Janeiro: Ministério da Educação/ Editora Fiocruz. 2016; com adaptações e inclusões.
17. LEENAARS, A. A. Effective Public health strategies in suicide prevention are possible: a selective review of recente studies. *Clinical Neuropsychiatry*, v. 2, n. 1, 2005.
18. BRASIL. Lei n.º 13.819 de 26 de abril de 2019. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei/L13819.htm Acesso em: 06 jun. 2019.
19. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Prevenção ao suicídio: manual para Professores e Educadores*. Genebra, 2000.
20. Este item é composto de trechos extraídos da Metodologia para o Cuidado de Crianças e Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violências. MS, 2012.
21. Capítulo extraído da Linha de Cuidado Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e Familiares em Situação de Violência. Ministério da Saúde, 2014.
22. Capítulo extraído da Linha de Cuidado Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e Familiares em Situação de Violência. Ministério da Saúde, 2014.
23. Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violências: Orientação para Gestores e Profissionais de Saúde. Produzida e reeditada pelo Ministério da Saúde, em 2014. Disponível em: <http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Linha-de-cuidado-para-a-atencao-integral-a-saude-de-criancas-adolescentes-e-suas-familias-em-situacao-de-violencias.pdf>
24. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
25. JUNQUEIRA, C. & MULS, L. O processo de pauperização docente. *Contemporaneidade e Educação*, II(2): 130-142, 1997.
26. LELIS, I. A. O magistério como campo de contradições. *Contemporaneidade e Educação*, II (2): 143-155, 1997.
27. BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
28. Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violências: Orientação para Gestores e Profissionais de Saúde. <http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Linha-de-cuidado-para-a-atencao-integral-a-saude-de-criancas-adolescentes-e-suas-familias-em-situacao-de-violencias.pdf>
29. PENSE/IBGE, 2015.
30. Fonte: Ristum (2008).
31. Ristum, 2016.
32. Subcapítulo extraído de trechos de Ristum, 2016.
33. AQUINO, J. G. A violência escolar e a crise da autoridade docente. *Cadernos Cedes*, 19(47): 7-19, 1998.
34. BELAND, K. R. A Schoolwide approach to violence prevention. In: HAMPTON, R. L.; JENKINS, P. & GULLOTTA, T. P. (Eds.). *Preventing Violence in America*. Thousand Oaks: Sage, 1996.



35. Este capítulo é uma reprodução editada de trechos do capítulo “Por uma Cultura de Educação em Direitos Humanos”, de Sabrina Moehlecke no livro *Impactos da Violência na Escola*. Orgs. ASSIS, SG. CONSTANTINO, P. AVANCI, JQ. Rio de Janeiro: Ministério da Educação/ Editora Fiocruz. 2016; com adaptações e inclusões.
36. BRASIL. Presidência da República. PNEDH: Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: SEDH, MEC, MJ, 2008.
37. BENEVIDES, M. V. Educação em direitos humanos: de que se trata? *Convenit Internacional (USP)*, 6: 43-50, 2001.
38. CANDAU, V. M. F. (Org.). *Oficinas Pedagógicas de Direitos Humanos*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
39. Este subcapítulo é composto de trechos da publicação *Escolas Seguras: novas abordagens de prevenção de violência entre jovens*. Gomes, 2010.
40. Este subcapítulo é uma reprodução editada de trechos do capítulo de “Bullying Escolar” de Marilena Ristum, no livro *Impactos da violência na escola: um diálogo com professores*. Orgs. ASSIS, SG. CONSTANTINO, P. AVANCI, JQ. Rio de Janeiro: Ministério da Educação/ Editora Fiocruz. 2016; com adaptações e inclusões.
41. LEENAARS, A. A. Effective Public health strategies in suicide prevention are possible: a selective review of recente studies. *Clinical Neuropsychiatry*, v. 2, n. 1, 2005.
42. BRASIL. Lei n.º 13.819 de 26 de abril de 2019. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei/L13819.htm Acesso em: 06 jun. 2019.
43. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Prevenção ao suicídio: manual para Professores e Educadores*. Genebra, 2000.
44. Este item é composto de trechos extraídos da *Metodologia para o Cuidado de Crianças e Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violências*. MS, 2012.
45. Capítulo extraído da *Linha de Cuidado Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e Familiares em Situação de Violência*. Ministério da Saúde, 2014.
46. Capítulo extraído da *Linha de Cuidado Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e Familiares em Situação de Violência*. Ministério da Saúde, 2014.
47. *Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violências: Orientação para Gestores e Profissionais de Saúde*. Produzida e reeditada pelo Ministério da Saúde, em 2014. Disponível em: <http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Linha-de-cuidado-para-a-atencao-integral-a-saude-de-criancas-adolescentes-e-suas-familias-em-situacao-de-violencias.pdf>
48. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). BRASIL. Lei no. 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá Outras Providências.



REDE INTERSETORIAL DE DE DIREITOS A CRIANÇAS, A

Identifica situação de violência, acolhe, trata, faz acompanhamento psicológico.

LIGUE 136

O PSE e as equipes de saúde da família promovem atividades nas escolas e aciona a rede de proteção. Para apoio Emocional e prevenção do Suicídio, em qualquer dia e horário.

LIGUE 188

Oferece serviços e pr a proteção de criança reestruturar vínculos f

EDUCA

SAÚDE

Oferece escuta e delegacias especializadas, investiga e apura crimes, preservando a criança e adolescente.

LIGUE 190

**SEGURAÇA
PÚBLICA**

**CRIANÇ
ADOLESC
EM SITUAÇ
VIOLEN**

Julga possíveis crimes ou infrações. Pode oferecer capacitação em Justiça Restaurativa.

JUDICIÁRIO

DEFENSORIA

Oferece orientação e serviços jurídicos de graça.

LIGUE 129





PROTEÇÃO E GARANTIA

ADOLESCENTES E JOVENS

... e programas assistenciais para crianças e adolescentes, buscando reestruturar vínculos familiares ou oferecer abrigo.

EDUCAÇÃO

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Oferece serviços e programas assistenciais para a proteção de crianças e adolescentes, buscando reestruturar vínculos familiares ou oferecer abrigo.

CRIANÇA OU ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

DIREITOS HUMANOS

Fortalece os conselhos de garantias de direitos, oferece Programa de Proteção a Crianças Ameaçadas de Morte e Telefone Nacional de Socorro e Denúncias Anônimas.
LIGUE 100

CONSELHO TUTELAR

Deve ser acionado sempre e estar disponível 24h por dia, para garantir os direitos da criança e acionar os serviços da rede. Procure o CT do seu município.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Exige o bom cumprimento dos serviços públicos desta rede de proteção.
LIGUE 127



